

**CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO**

**CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FORMAIS  
E INFORMAIS NO MERCADO DE TRABALHO  
DE FEIRA DE SANTANA**

**SALVADOR**

**1996**

Fac. Ciências Eco. / UFSa.  
Biblioteca

Seção Mestrado

**CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO**

**CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FORMAIS  
E INFORMAIS NO MERCADO DE TRABALHO  
DE FEIRA DE SANTANA**

**ORIENTADOR:**

**PROF. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO**

*Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado da Faculdade de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal da  
Bahia, como requisito parcial à obtenção do  
grau de Mestre em Economia*

**SALVADOR  
1996**





*“Quando temos vinte anos, estamos convencidos que  
resolvemos o enigma do mundo.  
Aos trinta, começamos a refletir acerca dele.  
Aos quarenta, descobrimos que ele não tem solução”*

**Balzac**

# AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de uma reflexão e de uma pesquisa de campo nas quais me detive durante alguns anos. O resultado não dependeu, todavia, apenas do meu esforço pessoal, pois contei com a colaboração de várias pessoas e instituições, embora elas não sejam responsáveis pelos erros e imprecisões que porventura sejam encontrados aqui. Uma vez que não é possível relacionar todos os que de alguma forma me ajudaram, gostaria de agradecer, pelo menos, àqueles que estiveram mais diretamente envolvidos.

Em primeiro lugar, aos meus pais e irmãos, que acompanharam minha longa caminhada.

A Gabrielli, que se dispôs a me orientar, por seus comentários, críticas e sugestões.

A Marcos, Roberta e Cláudio, pelo apoio e compreensão durante as entrevistas.

Aos funcionários do IBGE local, que me permitiram o acesso às informações sobre o Censo de 1991.

Aos amigos de sempre e de todos os dias, em especial aos que fizeram um pouco de tudo para me ajudar na conclusão deste: Maiesse, Paula, Fernando, tia Terezinha, Verinha, Gilson, Aliete e João Libério e tio Fernando.

Meu agradecimento e respeito, de um modo todo especial, aos 1255 entrevistados, cujas respostas estão aqui transcritas e que são, de fato, os verdadeiros autores dessa dissertação. Sem eles, esse serviço não poderia ter sido prestado. A eles, dedico este trabalho.

# ÍNDICE

<b>LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS.....</b>	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>19</b>
2.1 Introdução.....	19
2.2 A Questão da Reestruturação Produtiva.....	22
2.3 Definição dos Termos: "Setor Formal" e "Setor Informal" .....	30
<b>3. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE FEIRA DE SANTANA.....</b>	<b>34</b>
3.1 Introdução.....	34
3.2 Composição e Crescimento Populacional .....	35
3.3 Composição Econômica do Município.....	39
3.4 Nível e Distribuição de Renda.....	44
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>48</b>
4.1 Introdução.....	48
4.2 Procedimentos.....	49
4.3 Coleta de Dados .....	50
4.3.1 Amostra.....	51
4.4 Análise dos Dados.....	54
4.4.1 Seleção das Variáveis Determinantes.....	54
4.4.2 Provas Estatísticas Paramétricas e Não-paramétricas.....	63
4.4.2.1 Medidas de Posição e de Dispersão.....	64
4.4.2.2 Teste Qui-Quadrado .....	65
4.4.2.3 Estatística t Student .....	66
4.4.2.4 Análise de Variância (ANOVA).....	68

<b>5. TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA.....</b>	<b>70</b>
<b>5.1 Introdução.....</b>	<b>70</b>
<b>5.2 Estudo Exploratório das Principais Características.....</b>	<b>71</b>
5.2.1 Considerações Gerais sobre Emprego e Desemprego no Município de Feira de Santana.....	72
5.2.2 Características Pessoais.....	76
5.2.2.1 Gênero .....	76
5.2.2.2 Cor .....	80
5.2.2.3 Idade.....	82
5.2.2.4 Educação.....	89
5.2.2.5 Situação Migratória .....	95
5.2.3 Características Ocupacionais .....	99
5.2.3.1 Previdência Social.....	99
5.2.3.2 Carteira Assinada.....	102
5.2.3.3 Posição na Ocupação .....	103
5.2.3.4 Setor de Atividade Econômica.....	104
5.2.3.5 Tempo de Serviço.....	107
5.2.3.6 Tamanho da Empresa .....	109
5.2.3.7 Jornada de Trabalho .....	111
5.2.3.8 Rendimento .....	113
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>124</b>
<b>7. APÊNDICE.....</b>	<b>128</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>136</b>

# LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

## TABELAS

Tabela 1 - População Residente, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica - Feira de Santana - 1970-1991 .....	35
Tabela 2 - Distribuição da População por Grupos de Idade com Indicação da Alfabetização - Feira de Santana - 1980/1991 .....	38
Tabela 3 - Distribuição do nº de Estabelecimentos de Comércio, Indústria e Serviços e Pessoal Ocupado - Feira de Santana - 1980/1985 .....	40
Tabela 4 - Variação de Emprego por nº de Estabelecimentos de Comércio, Indústria e Serviços e do Pessoal Ocupado - Feira de Santana - 1980/1985 .....	41
Tabela 5 - Renda Média e Per Capita Mensal por Níveis de Renda - Feira de Santana - 1991 .....	44
Tabela 6- Distribuição da Renda Domiciliar - Feira de Santana - 1991 .....	45
Tabela 7 - Coeficientes de Desigualdades de Renda .....	46
Tabela 8 - Percentuais de Informalidade, Taxa de Desemprego e Taxa de Atividade - Feira de Santana - 1995 .....	71
Tabela 9 - Distribuição da População em Idade Ativa - Feira de Santana - 1995 .....	73
Tabela 10 - Distribuição da População Economicamente Ativa - Feira de Santana - 1995 .....	73
Tabela 11 - Percentuais da Taxa de Atividade por Gênero - Feira de Santana - 1995 .....	74
Tabela 12 - Distribuição dos Desempregados por Setor de Atividade da Ocupação Anterior - Feira de Santana - 1995 .....	74
Tabela 13 - Distribuição dos Desempregados por Tempo de Duração do Desemprego - Feira de Santana - 1995 .....	75
Tabela 14 - Condição de Inatividade - Feira de Santana - 1995 .....	75
Tabela 15 - Distribuição dos Ocupados por Atividade Principal e Secundária conforme a Natureza da Ocupação - Feira de Santana - 1995 .....	76
Tabela 16 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Gênero - Feira de Santana - 1995 .....	77
Tabela 17 - Distribuição dos Trabalhadores por Gênero conforme a Posição no Domicílio - Feira de Santana - 1995 .....	78
Tabela 18 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995 .....	79
Tabela 19 - Distribuição da PIA por Cor conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995 .....	80
Tabela 20 - Distribuição da PEA conforme a Cor - Feira de Santana - 1995 .....	81
Tabela 21 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Cor - Feira de Santana - 1995 .....	81
Tabela 22 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Cor - Feira de Santana - 1995 .....	82
Tabela 23 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição da PIA por Faixa Etária conforme o Gênero para Feira de Santana - 1991/1995 .....	83
Tabela 24 - Taxa de Atividade por Faixa Etária conforme o Gênero - Feira de Santana -	



1995.....	87
Tabela 25 - Estatística Descritiva para a Distribuição dos Formais e Informais conforme a Idade - Feira de Santana - 1995.....	88
Tabela 26 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995.....	88
Tabela 27 - Distribuição da PIA por Anos de Estudo conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995.....	90
Tabela 28 - Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995.....	93
Tabela 29 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995.....	94
Tabela 30 - Estatística Descritiva para os Formais e Informais conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995.....	95
Tabela 31 - Distribuição da PIA por Tempo de Residência conforme o Local de Residência - Feira de Santana - 1995.....	96
Tabela 32 - Distribuição do Local de Origem dos Migrantes por Área do Domicílio - Feira de Santana - 1995.....	96
Tabela 33 - Distribuição da PEA por Local de Origem - Feira de Santana - 1995.....	97
Tabela 34 - Distribuição dos Inseridos no Setor Formal e Informal conforme o Local de Origem - Feira de Santana - 1995.....	98
Tabela 35 - Distribuição dos Empregados por Setor de Atividade conforme a Carteira Assinada - Feira de Santana - 1995.....	102
Tabela 36 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Posição na Ocupação - Feira de Santana - 1995.....	103
Tabela 37 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Setor de Atividade - Feira de Santana - 1995.....	104
Tabela 38 - Distribuição dos Ocupados conforme o Setor de Atividade - Feira de Santana - 1995.....	105
Tabela 39 - Distribuição da População ocupada conforme o setor de atividade e o gênero - Feira de Santana - 1995.....	106
Tabela 40 - Distribuição da População Ocupada por Setor de Atividade conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995.....	106
Tabela 41 - Distribuição da População Ocupada por Setor de Atividade conforme o Tempo de Serviço - Feira de Santana - 1995.....	107
Tabela 42 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Tempo de Serviço - Feira de Santana - 1995.....	108
Tabela 43 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Tempo de Serviço - Feira de Santana - 1995.....	108
Tabela 44 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o número de Pessoas Ocupadas na Empresa - Feira de Santana - 1995.....	110
Tabela 45 - Distribuição dos Ocupados por Tamanho da Empresa conforme a Jornada de Trabalho - Feira de Santana - 1995.....	110
Tabela 46 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Jornada de	

Trabalho - Feira de Santana - 1995 .....	111
Tabela 47 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Jornada de Trabalho - Feira de Santana - 1995 .....	112
Tabela 48 - Estatística Descritiva para a Distribuição dos Formais e Informais conforme a Jornada de Trabalho - Feira de Santana - 1995 .....	113
Tabela 49 - Distribuição da PEA e da Participação na Renda conforme Classe de Renda - Feira de Santana - 1995 .....	114
Tabela 50 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Classe de Renda - Feira de Santana - 1995 .....	115
Tabela 51 Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995 .....	116
Tabela 52 Teste-t: Duas Amostras Presumindo Variâncias Diferentes.....	117
Tabela 53 - Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Cor - Feira de Santana - 1995.....	118
Tabela 54 - Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995.....	119
Tabela 55 - Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Setor de Atividade - Feira de Santana - 1995 .....	120
Tabela 56 - Estatística Descritiva para a Distribuição dos Formais e Informais conforme a Renda - Feira de Santana - 1995.....	122
Tabela 57 - Coeficientes de Variação para Idade, Educação, Jornada de Trabalho e Rendimento - Feira de Santana - 1995 .....	123

## QUADROS

Quadro 1 - Distribuição do Universo e da Amostra .....	53
Quadro 2 - Composição das Relações Formais e Informais.....	62
Quadro 3 - Principais Características dos Setores Formal e Informal .....	72
Quadro 4- Análise de Variância da Variável Salário Médio - Feira de Santana - 1995 .....	121

## FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da PIA por Faixas Etárias conforme o Gênero e a Área do Domicílio - Feira de Santana - 1991 .....	36
Figura 2 - Distribuição da PIA por Faixas Etárias conforme o Gênero e a Área do Domicílio - Bahia - 1991 .....	37
Figura 3 - População* Alfabetizada e não Alfabetizada - Bahia e Feira de Santana - 1980/1991 .....	38
Figura 4 - Distribuição da PIA por Faixa Etária conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995.....	83
Figura 5 - Distribuição da PIA por Faixas Etárias conforme a Área do Domicílio - Feira de Santana - 1995 .....	84
Figura 6 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995 .....	86
Figura 7 - Distribuição da PEA e dos Inseridos nos Setores Formal e Informal por Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995.....	91

Figura 8 - Distribuição dos Ocupados Contribuintes da Previdência conforme a Área de Origem e a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995 .....	100
Figura 9 - Distribuição dos Ocupados Contribuintes da Previdência conforme a Natureza da Ocupação, o Setor de Atividade e a Renda - Feira de Santana - 1995.....	101
Figura 10 - Curva de Lorenz para a PEA conforme a Renda - Feira de Santana - 1995 .....	115
Figura 11 - Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995 .....	118

## RESUMO

A dissertação analisa as características do mercado de trabalho do Município de Feira de Santana - Bahia. Enfatiza, principalmente, as relações formais e informais do mercado de trabalho. O trabalho constitui-se de uma pesquisa de campo realizada em Feira de Santana, com referência ao mês de agosto de 1995. A pesquisa revela o elevado percentual de trabalhadores inseridos no setor informal, assim como uma elevada taxa de desemprego. O presente trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira é realizada uma revisão da literatura acerca do tema, a fim de delimitar uma tipologia para setor informal aplicável à pesquisa de campo. Em seguida, procura-se abordar os principais aspectos sócio-econômicos sobre o município. Na terceira parte, explicita-se a metodologia utilizada para realizar a pesquisa de campo e a posterior análise de dados. Finalmente, procura-se caracterizar o mercado de trabalho feirense, apontando-se as principais evidências a respeito das relações de trabalho.

## **ABSTRACT**

The thesis analyses the characteristics of the labor market in Feira de Santana city (BA). It focus mainly the roles of formal and informal labor market. This study is based on the field research realized in Feira de Santana, with reference to august 1995. This research reveals the high rate of workers inserted in the informal sector, such at a large unemployment rate. This study consists of four parts. The first part is an elaborated literature review about this thematic, in order to delimit a modality to the informal sector applicable to the field research. The next one, tries to board the main socio-economic aspects about the city. The third part, explicits the methodology used to realize the field research and a posterior analyses of data. The last part is an attempt to characterizes the labor market of the city, pointing at the main evidences with respect to the labor roles.



## 1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a evolução do mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizado por alguns aspectos: crescimento econômico sem melhorias na distribuição de renda, baixa absorção de mão-de-obra pela indústria e aumento do grau de informalização da força de trabalho.

A taxa de crescimento do PIB na década de 80 foi relativamente baixa (em média 1,5% a.a.) enquanto o nível de emprego cresceu continuamente a uma taxa média de 3,5% a.a., sendo consideravelmente superior à taxa de crescimento populacional no mesmo período, cerca de 2,1% a.a. No início da década de 90 o nível de emprego cresceu apenas 1,3% a.a., representando um crescimento bastante inferior àquele durante o período crítico entre 82 e 84 (2,5% a.a.) e, também, à média para a década de 80. Devido a essa grande capacidade de absorção de mão-de-obra da economia brasileira, o nível de desemprego permaneceu baixo (menos de 5% a.a.) durante 1980's, apresentando apenas algumas pequenas oscilações, associadas à magnitude das flutuações no Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento no nível de emprego deu-se principalmente no setor terciário, em particular, no comércio, serviços e na administração pública, contrariamente às décadas anteriores, quando este crescimento era dado no setor industrial (AMADEO e outros, 1994).

Apesar dessas taxas de crescimento do PIB e do nível de emprego nos últimos anos, a economia brasileira possui um problema básico de pobreza, observado através da desigualdade na distribuição de renda. Segundo Camargo e Barros (1992), em 1983, os 50% mais pobres da população economicamente ativa com rendimento se apropriava de 13% da renda gerada; em 1989 esta taxa havia caído para 11%. No mesmo período, os 10% mais ricos viram sua participação da renda crescer de 46 para 52% da renda gerada. O resultado desse pequeno crescimento econômico e da desigualdade foi uma estagnação na proporção da população pobre em torno de 50%.

Esta estagnação do crescimento econômico em relação ao aumento da população economicamente ativa, durante a década de 80, contribuiu para a precariedade do emprego e para os baixos salários.

Uma das principais características do mercado de trabalho<sup>1</sup> brasileiro é a existência de heterogeneidade estrutural. Esta heterogeneidade manifesta-se no aparecimento de diferentes segmentos com comportamentos específicos no que se refere ao processo de formação de renda (CAMARGO e RAMOS, 1988).

Segundo Pires (1995):

*“O mercado de trabalho no Brasil é entendido como o mercado (de relações) de trabalho “em geral”, constituído por um conjunto de mercados distintos e redes de ocupações heterogêneas, com diferentes padrões de relações de trabalho, assalariados ou não. Nesse sentido, várias formas de acesso do trabalhador ao mercado de trabalho são garantidos por diferentes relações de trabalho, que podem ser concretizadas tanto por uma troca da força de trabalho comercializada por um salário, quanto por outras relações de trabalho onde o empregador é simultaneamente empregado, como as formas não-assalariadas por conta própria.”*

Pode-se distinguir dois setores diferenciados no mercado de trabalho, embora “ambos setores participem num mesmo mercado, existindo entre eles relações tanto complementares quanto competitivas” (SOUZA, 1980).

De um lado, o segmento formal concentrando as atividades econômicas organizadas que compreende os trabalhadores assalariados, com carteira de trabalho assinada, elevado grau de organização e mobilização sindical.

Do outro lado, encontra-se o setor informal, composto por trabalhadores não assalariados<sup>2</sup>, ocupados em atividades não organizadas<sup>3</sup> ou em empresas pequenas e não

<sup>1</sup> O mercado de trabalho brasileiro é composto da População Economicamente Ativa (PEA) que se decompõe em ocupados, desempregados em desemprego aberto, desempregados ocultos por trabalho precário e desempregados ocultos por desalento; categorias estas que podem estar inseridas no setor formal ou no setor informal. Os indivíduos ocupados são aqueles que possuem trabalho remunerado exercido regularmente ou que desempenham atividades de forma irregular ou não remunerada (em negócios de parentes), desde que não estejam procurando um trabalho diferente; os indivíduos desempregados em desemprego aberto são aqueles que não estavam trabalhando no mês de referência da pesquisa (no caso, agosto) e que procuram trabalho de maneira ativa nos 30 dias precedentes; os indivíduos desempregados ocultos por trabalho precário são aqueles que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou não remunerado, em ajuda a negócio da família) e que se encontram numa situação de procura de trabalho, tendo tomado providências para tanto pelo menos nos 12 meses anteriores à entrevista; e por fim, os indivíduos desempregados ocultos por desalento são aqueles que não desempenham ocupação alguma e, havendo procurado emprego no prazo de 12 meses antes da data da entrevista, já desistiram de fazê-lo, não tendo tomado qualquer providência para conseguir um trabalho nos últimos trinta dias por desestímulo do mercado ou circunstâncias fortuitas como doença ou falta de dinheiro (FAGUNDES, 1992).

<sup>2</sup> O salário não é a forma usual de remuneração do trabalho, isto é, o trabalhador informal pode até receber salários como pagamento dos serviços prestados, mas a relação de trabalho continua sendo informal.

<sup>3</sup> Não organizadas em termos capitalistas em que não se distingue a propriedade do trabalho e do capital.

organizadas juridicamente<sup>4</sup>, e que obtêm suas rendas através da produção e venda de bens e serviços.

A informalização das atividades econômicas passa a ter peso considerável entre as relações de produção na economia brasileira a partir dos anos 80. Este fenômeno não é um resultado direto da crise do período, mas sim de especificidades da estrutura da economia brasileira. Ou ainda, a existência do setor informal explica em parte a elevada capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho e, também, a tendência declinante dos salários ao longo da década de 80.

Com isto, alteram-se as relações de trabalho, onde surge uma nova composição do desemprego e uma grande mobilidade na divisão social e setorial do trabalho, esta última em direção a um crescente processo de terceirização (PIRES, 1995).

O início da década de 90 é marcado por um processo de informalização sem precedentes, dado por um crescimento considerável a partir de 1988. Segundo Amadeo e Mathieu (1994), a parcela dos desempregados, trabalhadores por conta própria e trabalhadores sem contratos formais cresceu de 40% em 1988 para 50% em 1992.

A informalidade nas relações de trabalho é um fenômeno que está associado a fatores estruturais - natureza do progresso técnico<sup>5</sup>, estruturas de distribuição de renda e de mercados<sup>6</sup>, crescimento populacional<sup>7</sup>, migrações internas<sup>8</sup> - pelas quais passam as sociedades industrializadas e de industrialização retardatária (SOUZA, 1980).

<sup>4</sup> São empresas que não cumprem as obrigações legais referentes à legislação social, às leis de salário mínimo, etc.

<sup>5</sup> Refere-se ao caráter concentrado e diversificado com que se deu o processo de industrialização, na década de 50, fruto da inserção *tardia* do país no processo de desenvolvimento industrial face aos países capitalistas mais avançados, tendo como consequência entre outras coisas, a adoção de técnicas de produção importadas que atendiam às peculiaridades dos países centrais e afastavam-se da nossa realidade. A partir da década de 80, além do atraso tecnológico, apresenta-se a adoção de equipamentos de base microeletrônica, tecnologia da informação e novas técnicas de gestão e organização da produção, que são poupadoras de mão-de-obra por unidade de produto; este novo perfil tecnológico traz diferentes consequências para o âmbito do mercado de trabalho.

<sup>6</sup> A extrema desigualdade na distribuição da renda impediu, no início da industrialização, o surgimento de um mercado interno maior e mais variado.

<sup>7</sup> Conduz ao crescimento contínuo e rápido da oferta de trabalho, agravando a situação de desemprego e, conseqüentemente, o subemprego.

<sup>8</sup> Principalmente rural-urbana devido ao elevado grau de concentração da terra e ao estabelecimento de relações de produção típicas do complexo latifúndio-minifúndio.

Segundo Pires (1995),

*“a informalidade do emprego é também analisada como um mecanismo importante para reduzir os custos sociais das mudanças sociais das mudanças estruturais, ou decorrentes de políticas de (des)ajustes que recaem sobre os trabalhadores. Nesse sentido, o emprego informal funciona como um ‘colchão’, que cresce com a queda do nível da atividade econômica, ou quando ocorrem mudanças estruturais importantes na estrutura produtiva que reduzem o emprego em determinados setores, impondo ao desempregado aceitar um emprego sem contrato formal ou se tornando um trabalhador por conta própria”.*

Diversos estudos sobre o mercado de trabalho foram realizados usando-se como objeto tanto o Brasil como a Bahia, ao que se saiba, nenhum analisou profundamente o mercado de trabalho ou o comportamento das relações formais e informais do município de Feira de Santana (MFS).

Frente a estes fatos, decidiu-se desenhar com mais clareza o objeto, a questão e os caminhos da pesquisa. Como objeto revolveu-se apresentar evidências empíricas para o município de Feira de Santana, frente às mudanças na estrutura produtiva, acerca das relações formais e informais no mercado de trabalho.

As questões centrais começam com a interrogação de como delimitar o conceito de setor informal para fins de análise empírica. E no desenrolar da pesquisa, são enfocadas algumas questões que permeiam a discussão sobre os principais aspectos relacionados à composição e à natureza das relações formais e informais no mercado de trabalho no município de Feira de Santana.

Como caminho da pesquisa resolveu-se utilizar a pesquisa de campo, pois foi o único método para obter-se dados para a conclusão da dissertação.

Além desta introdução, o presente estudo está estruturado em quatro capítulos e uma conclusão.

O primeiro capítulo realiza uma revisão da literatura, com o objetivo de identificar as diferentes tipologias acerca das relações formais e informais.

O segundo capítulo traça o perfil de Feira de Santana, explanando suas características sócio-econômicas.

Os aspectos metodológicos são colocados no terceiro capítulo, este expõe os procedimentos utilizados para a realização da dissertação, desde a descrição do processo de definição da amostragem para a pesquisa de campo até os métodos para a análise dos dados.

O quarto capítulo reúne as análises que refletem o objetivo central da dissertação. Neste são verificadas empiricamente o poder explicativo das variáveis selecionadas segundo as características das relações formal e informal.

Por fim, na conclusão são sumariados os principais resultados extraídos ao longo do texto, enfatizando-se as principais características sobre o mercado de trabalho feirense, principalmente no que diz respeito ao emprego, desemprego e relações de trabalho formais e informais.

Com isso, para fins desta pesquisa, tentar-se-á, num primeiro momento, a partir de uma revisão da literatura que aborda o assunto em questão, apresentar uma caracterização no sentido de delimitar com maior precisão o âmbito do setor informal a fim de facilitar a interpretação dos resultados empíricos sobre a realidade do mercado de trabalho no município de Feira de Santana, procurando analisar as características individuais e ocupacionais dos trabalhadores, fazendo na medida do possível, algumas contribuições para novos estudos.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar do objetivo básico deste estudo ser examinar as características do mercado de trabalho no MFS, principalmente, as relações de trabalho formais e informais, convém, antes, uma apreciação do que se entende e como se vê o setor informal, resgatando a sua corrente teórica que conduz a um enfoque relevante do setor. Deste modo, o presente capítulo, não pretende elaborar uma exaustiva resenha da literatura sobre o tema, mas, apresentar as diversas interpretações sobre setor formal e setor informal.<sup>9</sup>

### 2.1 Introdução

A primeira referência a uma situação intermediária entre o emprego e a desocupação total na literatura econômica, segundo Fagundes (1991), foi feita por Joan Robinson, citando "desemprego disfarçado" para designar as atividades autônomas, de baixa produtividade e baixos rendimentos, nas quais se ocupavam aqueles que haviam perdido seus empregos durante a recessão. No entanto, ainda segundo a autora, esta noção não é capaz de explicar a heterogeneidade do mercado de trabalho das regiões subdesenvolvidas dado que o problema reside na baixa elasticidade-produto do emprego<sup>10</sup>, caracterizada pela insuficiência na geração de emprego.

Fagundes (1991) identifica três linhas de formulações explicativas das causas da heterogeneidade do emprego. A primeira tem um cunho neoclássico, a qual explica que "a presença de fatores institucionais - a existência de barreiras salariais, recurso ao capital externo e subsídio direto ao capital e ao crédito - provocaria uma distorção nos preços relativos dos fatores, induzindo a opções tecnológicas em desacordo com a dotação de capital". Isto resultaria em uma insuficiente geração de emprego no "setor protegido" da economia, sendo o excedente de mão-de-obra ocupado no "setor não protegido".

A segunda corrente explicativa está baseada nas interpretações da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>11</sup> a respeito "do padrão de desenvolvimento dependente,

<sup>9</sup> Cabe salientar que não é objetivo do presente estudo uma profunda revisão da literatura acerca do tema, pois acredita-se que Fagundes em *Informalidade na Região Metropolitana de Salvador* (1992), contribuiu imensamente neste aspecto; aqui somente colocar-se-ão os elementos imprescindíveis para a compreensão do tema em debate.

<sup>10</sup> Este fenômeno generaliza-se em finais do sec. XX nos países desenvolvidos na medida em que a reestruturação industrial e os novos processos produtivos acarretam a redução da mão-de-obra por unidade de produto.

<sup>11</sup> O uso generalizado dos termos "setor formal-setor informal" deve-se a um estudo sobre emprego e renda, publicado pela

concentrador e excludente, de fraca capacidade de geração de emprego, associado ao crescimento demográfico das cidades, que resulta em excedentes de mão-de-obra, forçados a encontrar ocupações de produtividade baixa e rendimentos irregulares nos setores *tradicionais*, conformando-se *bolsões* onde eram acolhidos os trabalhadores marginalizados no processo de expansão industrial" (FAGUNDES, 1991).

E a terceira, mas não menos importante, tem como base uma abordagem de inspiração marxista. Para Fagundes (1991), esta vertente explicativa contribuiu para a consolidação do termo setor informal enquanto categoria analítica, ao desenvolver a idéia de que a segmentação do mercado de trabalho deve ser entendida como expressão da articulação de modos de produção sob a hegemonia do capitalismo.

Até a década de 80, a heterogeneidade do mercado de trabalho era explicada com base na "teoria da segmentação"<sup>12</sup>, entendida como a convivência entre relações de assalariamento capitalistas e ocupações não assalariadas. A hipótese central da abordagem da segmentação é a existência de dois setores de ocupação assalariada, regidos por princípios particulares, havendo uma relativa imobilidade entre eles (FAGUNDES, 1992). Na literatura sobre o mercado dual (ou segmentado) de trabalho são considerados dois mercados distintos:

De um lado, o mercado primário de emprego, constituído de empregos com elevados salários, boas condições de trabalho, estabilidade e segurança da posição, equidade e processo adequado na aplicação das normas trabalhistas e das oportunidades de promoção, este mercado estaria ligado ao centro oligopolista da economia, com firmas possuidoras de grande volume de capital, progresso técnico e alta produtividade (LIMA, 1980).

Do outro lado, o mercado secundário de emprego, com salários reduzidos, precárias condições de trabalho, flutuação no emprego, disciplina dura e não raro arbitrária, pequenas oportunidades de progresso, este mercado de trabalho estaria ligado às firmas de

---

OIT, em 1972, sobre a economia do Kenya (CACCIAMALL, 1989b).

<sup>12</sup> Três correntes teóricas identificam diferentes causas para o processo de segmentação: Reich, Edwards e Gordon afirmavam que a causa da segmentação do trabalho estava no caráter do desenvolvimento do sistema capitalista, de concorrencial a monopolista; pois as forças políticas e econômicas intrínsecas ao capitalismo americano, atuando endogenamente, deram origem a, e têm perpetuado, mercados segmentados de trabalho. Harrison e Victorisz viam a segmentação como consequência de um desenvolvimento divergente, ocasionado pelo chamado "feedback positivo" em conexão com as mudanças tecnológicas, produtividade da mão-de-obra e poder de dominação dos salários no mercado de trabalho; e, finalmente, Doeringer e Piore consideravam o ajuste alocativo como o principal determinante da segmentação. Assim a segmentação é resultado das características diferenciadas da mão-de-obra, pois estas determinam o tipo de mercado em que serão alocadas (LIMA, 1980).

baixa produtividade, baixa capitalização e tecnologia estagnada, competindo em mercados periféricos (LIMA, 1980).

A partir dos anos 80, a informalidade passa a ser identificada com a ruptura em relação ao ordenamento jurídico da organização da produção, através do não cumprimento das regras institucionais: fiscais, trabalhistas e previdenciárias (FAGUNDES, 1992). Este enfoque, baseia-se na abordagem neoliberal, que procura medir o tamanho do setor informal com base na evasão de receitas tributárias e na parcela não computada do PIB. Esta é a abordagem que denomina a informalidade de *economia subterrânea*<sup>13</sup>, ressaltando o caráter ilegal dos contratos de trabalho e associando ao setor informal a população ocupada sem registro legal e, portanto, sem direitos trabalhistas e previdenciários. Estas pessoas estariam vinculadas a firmas *fantasmas* que não arcam com as obrigações legais e que sonegam impostos, atuando, assim, nos subterrâneos da economia. Os principais fatores que induzem à economia subterrânea são os custos trabalhistas do emprego legal e a carga fiscal sobre as empresas (CARNEIRO, 1993).

Outra linha teórica, diz respeito aos estudos de Cacciamali (1983, 1989a, 1991, 1994) que resgata as bases teóricas antecedentes e inclui novos elementos. A autora caracteriza de forma mais concreta o setor informal como o conjunto das atividades econômicas em que o produtor direto, de posse dos instrumentos de trabalho e com a ajuda ou não de mão-de-obra familiar ou de algum auxiliar, produz bens e serviços, diferenciando-o do setor formal que é caracterizado como o conjunto das atividades organizadas de forma tipicamente capitalista. A forma de organização da produção de uma determinada atividade econômica é o corte teórico-ocupacional básico para diferenciar formal de informal.

Segundo Cacciamali (1991), a denominação de setor informal, evidencia dois fenômenos: as atividades econômicas que impossibilitam a separação entre capital e trabalho; e aquelas atividades econômicas que não estão subordinadas à legislação trabalhistas/previdenciárias<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Podem ser vistos, também, os termos economia submersa, economia invisível, etc.

<sup>14</sup> É o caso das economias subterrâneas, invisíveis, etc; aspecto já observado anteriormente. Segundo Cacciamali (1994), "isso ocorre pelo fato de o trabalhador, ou o empreendimento, não ter sido registrado junto aos diferentes órgãos competentes (reguladores, controladores e fiscalizadores), pela evasão de tributos, pela desobediência à legislação trabalhista na contratação de ajudantes ou de membros da família, ou, ainda, pela inobservância das leis da saúde pública, etc. Além disso, concorrem também para tal comportamento a ignorância do produtor com relação às diversas regulamentações; as dificuldades e a corrupção burocráticas; os procedimentos administrativos muitas vezes complexos e

Cacciamali ainda inclui um terceiro fenômeno: o da *economia registrada*, a qual atua conforme as regras do Estado. Todavia, este fenômeno, tanto pode ser observado no setor informal como no setor formal.

Sumariando, verifica-se que, nos anos 70, a literatura consagrou que o setor informal representa o conjunto de atividades econômicas em que não há uma separação nítida entre capital e trabalho, empregador e empregado. Isto é, o produtor direto de posse de seus instrumentos de trabalho e dos conhecimentos necessários, juntamente com os trabalhadores familiares ou de algum ajudante, realiza e simultaneamente organiza uma determinada atividade econômica. Nos anos 80, a noção de setor informal evolui; sendo considerada basicamente a relação do trabalhador com os meios e instrumentos de produção; assim, a pequena produção informal passa a ser definida como o conjunto de atividades econômicas em que o produtor direto - de posse dos instrumentos de trabalho e com ajudantes (familiares ou não) produz bens e serviços. A partir do final da década de 80, a relação informal está relacionada a todas as atividades econômicas que fogem da regulação do Estado, seja tributária, trabalhista ou previdenciária.

## **2.2 A Questão da Reestruturação Produtiva**

As discussões atuais obviamente não ignoram as teorias apresentadas na seção anterior, pelo contrário, resgatam estas abordagens e as ajustam à conjuntura atual das economias, acrescentando elementos a depender da situação em questão.

Algumas linhas de pensamento colocam que o desenvolvimento exhibe disparidades excessivas, que obstaculizam a transmissão do movimento de transformação e marginalizam os segmentos da sociedade. Em outros termos, no processo de modernização das relações de trabalho e de produção, as novas indústrias não atingem um entrosamento perfeito com a economia tradicional que é grande absorvedora de mão-de-obra e possui elevado atraso institucional-tecnológico. Já o setor moderno é incapaz de incorporar maior força de trabalho ativa, o que o leva a produzir heterogeneidade produtiva, através da formação de segmentos distintos no mercado de trabalho (CAVALCANTI, 1978).

---

caros para cumprir a legislação; os custos envolvidos para legalizar completamente a atividade; e o possível baixo custo de oportunidade da mão-de-obra ajudante que ali se emprega". A autora ainda destaca que algumas atividades além de submersas, são ilícitas à luz do código penal. "Esse é o caso, por exemplo, da prostituição, da venda de produtos contrabandeados, das loterias clandestinas e da distribuição de drogas."

A análise do fenômeno informalidade atualmente é feita de forma diversa das décadas anteriores, dados os novos aspectos visualizados nos fatores estruturais. Observa-se muito mais a dinâmica da economia pela ótica das transformações ocorridas dentro da empresa.<sup>15</sup>

A deterioração e recomposição das condições econômicas, as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, a partir da década de 80, e o ritmo acelerado da incorporação das inovações tecnológicas e das novas técnicas de organização do trabalho forçadas pela necessidade de obter melhoria na qualidade do processo produtivo, dos produtos e dos serviços finais, frente ao mercado externo competitivo, trouxeram conseqüências para o mercado de trabalho.

Esta reestruturação produtiva, a partir da utilização de padrões tecnológicos e organizacionais, conduz a novas relações de trabalho que algumas vezes induzem uma crescente intervenção dos trabalhadores no processo produtivo, ou estabelecem normas mais flexíveis para a utilização da força de trabalho; implica, também, na eliminação de departamentos ou atividades, cujos serviços sejam melhor desempenhados fora da empresa, via terceirização de atividades não estratégicas, de processos e de serviços; observa-se, então, a exclusão de trabalhadores do processo de reestruturação industrial (DEDECCA e MONTAGNER, 1993).

Os baixos níveis de emprego e renda e a fragilização do mercado de trabalho, resultantes do processo de reestruturação produtiva podem ser observados tanto em sociedades industrializadas como em sociedades de industrialização retardatária, onde busca-se uma maior flexibilidade no mercado de trabalho; como a força de trabalho excedente, em alguns casos, não possui recursos institucionais que lhe possibilite a sobrevivência, principalmente nas economias menos desenvolvidas, a força de trabalho reage com rapidez às mudanças na estrutura econômica e insere-se em ocupações irregulares, tornando evidente o problema do desemprego e da informalidade, vislumbrada na crescente expansão do trabalho precário (CARNEIRO, 1993).

A literatura reconhece três formas de flexibilidade. A flexibilidade a nível da produção, ou ainda, a "produção flexível", associada à capacidade de adaptação da

---

<sup>15</sup> Não se pretende aqui descartar os fatores que caracterizam o fenômeno da informalidade, mas somente complementá-los.



organização produtiva aos requerimentos do mercado e das novas tecnologias. A flexibilidade do trabalhador, relacionada a capacidade deste para mudar de postos de trabalho, caracterizando-o como trabalhador "polivalente"<sup>16</sup>. E, finalmente, a flexibilidade nas relações de trabalho que visa a "desregulamentação" do mercado de trabalho (QUINTAR, 1990; MONZA, 1992).

Esta última, a flexibilidade das relações no mercado de trabalho, objetiva flexibilizar os contratos de trabalhos, ou seja, desregulamentar o regime de contratações e demissões, de salários e de obrigações trabalhistas (jornada de trabalho, FGTS etc.), por parte do patronato. A redução da carga horária, o trabalho temporário, a polarização do mercado de trabalho, o barateamento do custo salarial (obtido quando se flexibiliza os sistemas de indexação dos salários, o salário mínimo etc.), são flexibilizações do mercado de trabalho, propostas pelo processo de reestruturação produtiva.

Quando intenta-se obter flexibilidade, as relações legais de trabalho são precarizadas, pois a extensão da seguridade social torna-se reduzida, os salários são menores, os turnos são flexíveis com jornadas reduzidas, os contratos de trabalho temporários são mais freqüentes etc.

Assim, a flexibilidade é vista como um fator de precarização do emprego e do salário. O trabalho em tempo parcial, requerido pelos empregadores, é útil para um pequeno grupo da população inseridos nas classes de renda média e média alta - por exemplo, estudantes e donas de casa. No entanto, a maior parte da população que se concentra nestas atividades são de baixa renda, que percebem baixos salários e vêm-se obrigados a buscar rendas complementares através de duplas ocupações, autoemprego informal etc.

Enquanto a flexibilidade do trabalho traduz-se em menores encargos sociais e baixos custos para os empregadores, para os trabalhadores significa menor estabilidade no emprego, baixos salários e menor cobertura em termos de seguridade social. Tem-se, assim, uma nova porta para a informalidade.

---

<sup>16</sup> Corresponde ao trabalhador que deve ser capaz de solucionar, de forma criativa, os problemas que possam surgir na linha de produção, bem como executar tarefas diferenciadas no chão da fábrica. Este pode ser um trabalhador multifuncional ou multiqualificado, onde o primeiro se caracteriza por operar mais de uma máquina com características semelhantes (mantendo a mesma qualificação profissional) e o segundo desenvolve e incorpora diferentes habilidades e repertórios profissionais (SALERNO, 1994).

Um outro elemento do processo de reestruturação produtiva que traz conseqüências para o âmbito do trabalho é a terceirização<sup>17</sup>. Nos países centrais que empregam o processo de terceirização adequadamente, observa-se a existência de uma rede de "parceiros" que possuem as características exigidas pelo novo estágio de desenvolvimento industrial: capacitação tecnológica e gerencial, capacidade de inovação etc.

As especificidades do modelo brasileiro de desenvolvimento fazem com que o processo de terceirização assuma, aqui, características e conseqüências em alguns aspectos distintas das observadas nos países centrais, quanto à sua natureza e dimensão (BORGES e DRUCK, 1993).

Ao contrário dos países centrais, no Brasil, a terceirização é feita em áreas/atividades da empresa que não são consideradas estratégicas - limpezas, restaurante etc, e estende-se, também, à produção de produtos e serviços considerados essenciais e nucleares do processo produtivo; com objetivo de sobrevivência empresarial e de manutenção da taxa de lucro em uma conjuntura caracterizada por economia e política grandemente instáveis (BORGES e DRUCK, 1993).

Ao que interessa aqui neste estudo, do ponto de vista do mercado de trabalho, o processo de terceirização recente no país também apresenta especificidades. Neste caso, observa-se como conseqüências do processo de terceirização, além de alguns ganhos de competitividade da indústria brasileira, o que não deixa de ser uma grande vantagem, o lado ruim deste processo, traduzido em um aumento do "caráter excludente do modelo de acumulação que vigora no país", verificado na ampliação dos excluídos do mercado de trabalho e na "precarização do vínculo empregatício para parcelas crescentes da força de trabalho diretamente subordinada ao capital" (BORGES e DRUCK, 1993), isto porque quando uma empresa terceiriza, ela desemprega pessoas que irão reduzir o contingente de pessoas empregadas com carteira de trabalho; assim, trabalhadores que estavam supostamente "estáveis" deixam o mercado de trabalho formal para ingressar, muitas vezes, em atividades precárias, principalmente observado quando a mesma empresa que desempregou oferece oportunidades em atividades precárias; é o caso de empresas que demitem seus empregados,

---

<sup>17</sup> O termo terceirização refere-se ao ato de transferir a responsabilidade por determinado serviço ou operação/ fase de um processo de produção ou de comercialização, de uma empresa para outra, denominadas estas últimas por "terceiras". (AMATO NETO, 1995)

mantendo-os na empresa, sendo que contratados por uma terceira, onde as condições de trabalho (salários, carga horária, estabilidade etc.) são frágeis; outro fator diz respeito ao aumento crescente do número da PEA que trabalha mas não tem emprego, e são reconhecidos como trabalhadores por conta própria, inseridos neste contexto devido ao caráter excludente do novo processo de terceirização.

Isto porque as empresas prestadoras de serviços, empreiteiras e locadoras de mão-de-obra, no Brasil, onde ocorre uma prática de terceirização pouco organizada e não negociada entre empregadores e empregados costumam superexplorar seus empregados, operando com elevadas taxas de rotatividade<sup>18</sup> e burlam os direitos trabalhistas mínimos, sonegando contribuições sociais previstas em lei e mantendo uma mão-de-obra desqualificada. As empresas "terceiras" geram, assim, postos de trabalho com vários tipos de irregularidades trabalhistas, isto é, subemprego, baixos salários, contratos irregulares etc. (AMATO NETO, 1995, BORGES e DRUCK, 1993).

Por outro lado, os trabalhadores com relações de trabalho estáveis (inseridos no setor formal), são pressionados pelos baixos salários (conseqüência da corrosão pela inflação, agravada pelo processo de terceirização) a procurar exercer alguma outra atividade autônoma a fim de complementar a renda mensal, comprimindo, assim, a massa de salários do setor informal. O processo de terceirização, então, amplia o setor informal, expandindo a precariedade no mercado de trabalho.

Este crescente número de subcontratações é um indutor para as atividades temporárias. Os empregos temporários, caracterizam-se por um período de tempo contratual inferior ao normal e que conferem maior flexibilidade às empresas na medida em que permitem uma avaliação mais precisa sobre as suas necessidades futuras e sobre a adequabilidade ou não do trabalhador a determinado posto de trabalho (WELMOWICKI e outros, 1994).

O trabalho temporário está relacionado às atividades precárias, embora nem todas as atividades temporárias possam ser denominadas como precárias. Estas atividades são caracterizadas pela desproteção, irregularidade e incerteza pelas quais passam os trabalhadores. O emprego temporário evade total ou parcialmente as obrigações que marca a

---

<sup>18</sup> O processo de terceirização mostra-se como uma forma de flexibilizar o mercado de trabalho, isto pode ser constatado quando se verifica o empenho das empresas "terceiras" em procurar as atividades "temporárias".

legislação, isto é verificado quando se observa a elevada proporção de trabalhadores temporários que não recebem nenhum benefício social, ou somente alguns deles, e a realização das tarefas temporárias geralmente ocorrem junto a estabelecimentos familiares, o que só vem confirmar o caráter precário destas atividades, as quais geralmente são realizadas por jovens recém-chegados ao mercado de trabalho, mulheres e pessoas de baixo nível educacional; estes aspectos refletem o caráter instável do emprego temporário. Este tipo de emprego foi amplamente estendido após às medidas de flexibilização das contratações (MARSHALL, 1991).

A reestruturação produtiva, apoiada na flexibilização do trabalho e na industrialização, tem induzido transformações no antigo *padrão de relações de trabalho*<sup>19</sup>, no sentido de diminuir a rigidez que este representa para as novas formas de produção (DEDECCA e MONTAGNER, 1993). Confirma-se, assim, a suposição de Dedecca e Brandão (1993), de que a informalidade do mercado de trabalho é resultado do processo de reorganização produtiva "que ao romper seu vínculo estreito com a organização do processo de trabalho fundada no assalariamento, resultaria em redução do espaço ocupacional destes trabalhadores e, em decorrência, na ampliação significativa do desemprego estrutural e do trabalho precário".

Este é um aspecto: a economia informal surge do excesso de oferta de mão-de-obra no meio urbano, provocado pelo processo de desenvolvimento, pelo processo de reestruturação produtiva e pela flexibilização nas relações de produção.

Por outro lado, a pobreza, a incerteza quanto a ocupação, a renda flutuante e de valor reduzido, também explicam a necessidade de um setor informal urbano. Tem-se, então, um segundo aspecto: a informalidade surge da própria vontade do indivíduo em atuar no setor informal. O indivíduo é auto-excluído do setor formal. Pois aí o mercado de trabalho informal apresenta determinadas vantagens - como a liberdade de escolha do local e a jornada de trabalho, a possibilidade de auferir renda mais elevada do que aquela se estivesse ligado ao setor formal da economia etc.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> O antigo padrão das relações de trabalho é caracterizado pela contratação assalariada por tempo indeterminado, jornada de trabalho semanal fixa etc (DEDECCA e MONTAGNER, 1993).

<sup>20</sup> A opção por atuar em atividades informais, está, também, ligada às mudanças na estrutura produtiva através de inovações tecnológicas/organizacionais devido às baixas rendas auferidas no setor dinâmico da economia, às extensas jornadas de trabalho, conseqüências do processo de flexibilização e terceirização.

Souza (1980) confirma este aspecto ressaltando, "existem pessoas ocupadas no setor informal que recebem rendas superiores às recebidas por alguns grupos empregados no setor formal e por este motivo não teriam motivação para trocar a sua ocupação atual por uma do setor formal".

Este ponto de vista é reforçado em estudo recente de Pero e Urani (1994), que pretende responder se "o contingente de trabalhadores alocados nos segmentos informais podem ser considerados como pertencendo ao excesso de oferta de trabalho para o setor formal", o segmento informal é analisado a partir do caráter legal das relações de trabalho<sup>21</sup> e da inserção do trabalhador frente ao mercado de produto<sup>22</sup>. Para responder à questão temática, os autores verificam se os trabalhadores informais estão ou não interessados em sair do segmento informal; e chegam à conclusão de que mais da metade dos trabalhadores informais estão desinteressados em participar do setor formal. A razão para este desinteresse "varia de forma significativa, conforme a posição na ocupação, o gênero, a idade e a educação".

Assim, para certos estratos de trabalhadores, o trabalho informal satisfaz as condições exigidas por estes, seja porque possibilita melhor remuneração, seja pela maior flexibilidade proporcionada pelos empregos desse segmento. Como no caso dos trabalhadores com maior nível de instrução, dos mais experientes e das mulheres.

Não se pode dizer que os trabalhadores do setor informal são apenas "reserva do exército industrial" e que podem se tornar ativos numa "aceleração do ciclo de acumulação de capital", pois, apesar da baixa capacidade de absorção do mercado formal do grande contingente mão-de-obra, os trabalhadores do setor informal não apresentam, na maioria das vezes, interesse em mudar de ocupações, pois não querem se converter em assalariados, principalmente os conta próprias, mesmo obtendo os benefícios de uma empresa regulamentada. Isto porque, os informais têm a possibilidade de obter maiores remunerações, já que muitos apresentam uma relativa qualificação (PIRES, 1995).

Pero e Urani (1994), ressaltam também a *heterogeneidade dos segmentos informais*<sup>23</sup> que, de um lado, representa o caráter de emprego precário, onde o papel

---

<sup>21</sup> Cumprimento de regras fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

<sup>22</sup> Trabalhadores por conta própria.

<sup>23</sup> Aspecto já citado anteriormente.



importante deste setor está no sentido de atenuar o grau de pobreza de uma camada da população e, por outro lado, representa um setor que possibilita o exercício de atividades que proporcionem maior flexibilidade do que aquela que é oferecida pelo setor formal.

As vantagens de pertencer ao setor informal são também observados por Cavalcanti e Duarte (1980), quando afirmam que "no setor informal urbano se equilibra a mão-de-obra que não é assimilada pelas novas atividades econômicas regionais ou que, diante da opção do salário mínimo, prefere trabalhar autonomamente, sem horário, sem patrão, sem capataz".

Cacciamali (1983), analisa a mesma situação:

*"O setor informal pode absorver também parte dos trabalhadores expulsos das relações de assalariamento em função da força física, idade, gênero, habilidade etc., desempregados ou subempregados em função do ciclo econômico, ou trabalhadores que optam por abandonar esta relação vindo no setor informal uma alternativa de sobrevivência. Também pode absorver de forma irregular, em determinadas atividades e em momentos de rebaixamento de renda real, parcelas de assalariados e diversos membros da família - esposa e filhos que se lançam nessas atividades como forma de complementar a renda familiar. Deve ainda ser observado que mesmo sem elevados níveis de renda as condições de trabalho por conta própria correspondem à aspiração de muitos trabalhadores por se libertarem de um patrão, de um chefe ou de horários rígidos. Muitos se estabelecem por conta própria após terem sido assalariados e terem acumulado dinheiro ou bens, ou mesmo após terem se desligado desta relação e recebido os direitos trabalhistas [é o caso dos aposentados]. Este setor agrega, portanto, um conjunto de atividades comprimido tanto pelos assalariados como pelos capitalistas. Os primeiros, tinham sido expulsos, os capitalistas, por sua vez, podem penetrá-lo à medida que a atividade tenha condições de lucratividade competitiva."*

Pode-se observar aí, como coloca Fagundes (1992), a "dimensão multifacetária<sup>24</sup> do setor informal", eliminando a associação entre informalidade e pobreza urbana.

<sup>24</sup> Grifo nosso.

## 2.3 Definição dos Termos: "Setor Formal" e "Setor Informal"

Nos debates recentes da questão da informalidade encontramos muitos estudos que procuram conceituar e dimensionar o mercado informal nos espaços urbanos, como também, diferenciar o quanto possível o setor informal do setor formal.

Muitas são as características empregadas pelos pesquisadores para atingir este objetivo; todos procuram defini-las o mais sumariamente possível a fim de delimitar o seu campo de pesquisa de acordo com os dados empíricos disponíveis. Sendo assim, no decorrer desta seção, apresenta-se posições de alguns autores, com o intuito de demarcar o nosso campo de pesquisa.

O setor formal possui inúmeras características consideradas como parâmetros para esta forma de inserção produtiva:

*"separação entre a propriedade/posse dos meios de produção e o trabalho, extração de sobretabalho através do comando sobre assalariados, objetivando a acumulação; perseguição de taxas de lucro competitivas, impondo a necessidade de manutenção dos níveis de produtividade social média; manutenção de um fluxo contínuo de produção, com controle sobre o ritmo do processo de trabalho e fragmentação das atividades desempenhadas pelos trabalhadores" (FAGUNDES, 1992).*

Os indivíduos do setor formal são empregadores/capitalistas ou empregados/assalariados, estando bem diferenciadas suas posições na relação de trabalho estabelecida.

No setor informal, ao contrário, não há nítida ruptura entre o capital e o trabalho. O produtor direto, possuindo os instrumentos necessários para pôr em ação sua força de trabalho, emprega a si próprio e a sua família, recorrendo eventualmente à contratação de ajudantes assalariados como meio de ampliar a capacidade de trabalho do núcleo familiar. A atividade de gestão do negócio desenvolve-se em paralelo à participação direta na produção, de modo que os vínculos constituídos entre os que trabalham, em geral, acabam por extrapolar a mera relação patrão/empregado, assumindo um caráter de ligação pessoal. O indivíduo auto-ocupado insere-se diretamente no mercado de produtos, para onde dirige sua produção tendo em vista o fluxo de renda que dela poderá resultar (do qual retira seu próprio consumo e as remunerações de seus ajudantes) e não a busca de taxas de lucro competitivas.

Na condição de produção mercantil simples, a ocupação informal caracteriza-se por um menor grau de divisão do trabalho, de onde deriva o maior domínio do trabalhador sobre sua própria prática produtiva, em relação ao sistema de trabalho típico do capitalismo. Portanto, o setor informal é considerado como o conjunto de formas de organização da produção que não se baseia no trabalho assalariado (CACCIAMALI, 1983 e FAGUNDES, 1992).

O setor informal pode também se caracterizar de acordo com a situação das ocupações frente a legislação trabalhista/previdenciária quando não subordinadas às normas impostas pelo poder público. O critério utilizado para perceber o fenômeno à margem da regulamentação é o do vínculo empregatício legal, no caso dos empregados, com carteira de trabalho assinada ou emprego público regido por estatuto próprio, aliado ao fator contribuição à previdência social quando a forma de inserção não comporta o estabelecimento de vínculo empregatício (COUTROT, 1990, CACCIAMALI, 1991, FAGUNDES, 1992). Esta é uma definição operacional que visa incluir apenas a dimensão ocupacional da questão sem considerar as atividades conceitualizadas como “economia subterrânea” ou “invisível”<sup>25</sup> que envolvem o rompimento com a ordem jurídica levado a efeito por amplos segmentos da atividade produtiva (CACCIAMALI, 1983).

Para Camargo e Ramos (1988), o setor formal está localizado junto aos setores oligopolizados e às grandes empresas, e são os principais formadores de preços dos produtos, ao mesmo tempo em que os trabalhadores deste setor possuem maior capacidade de organização e mobilização sindical e são os principais formadores de salários. O setor informal, por outro lado, acompanha os preços dos produtos substitutos comercializados nos mercados formais. As rendas obtidas pelos trabalhadores em atividade no setor informal dependem das quantidades vendidas de bens e serviços, do número de trabalhadores ativos no setor, do diferencial entre preços que podem cobrar e, finalmente, dos custos de produção e/ou comercialização nos mercados informais (CAMARGO e RAMOS, 1988).

O setor informal constitui-se de atividades de renda relativamente altas e condições de trabalho satisfatórias, quando comparadas às atividades do setor formal, como também pode constituir-se de atividades onde as pessoas procuram a sobrevivência, em particular, os

---

<sup>25</sup> Segundo Pires (1995), “a economia *subterrânea*, *submersa* ou *invisível* é aquela que atua parcial ou totalmente fora da legislação vigente, sonegam informações que leva à subestimação desses agregados nas estatísticas oficiais, e das receitas nos cofres públicos”.

jovens ou idosos, mulheres, indivíduos com baixo nível educacional e de capacitação profissional; diante destas características a maioria dos ocupados informais percebem rendas médias inferiores àquelas percebidas pelo setor formal (CAVALCANTI, 1978, SOUZA, 1980), dependendo da forma como os trabalhadores estão inseridos no mercado de trabalho. No primeiro caso são considerados profissionais liberais, pequenos comerciantes, prestadores de serviços e outros que teriam sua renda reduzida se estivessem no setor formal.

Aqueles que buscam a sobrevivência no setor informal estão alocados em atividades precárias, instáveis, ocasionais e quase sempre de baixos níveis de renda, insuficientes para a sua manutenção, pois estes possuem baixa qualificação e por não terem *outra opção*, estão inseridos nestas ocupações. No entanto é importante ressaltar que mesmo em atividades precárias, algumas vezes os trabalhadores informais possuem rendas superiores àquelas obtidas em ocupações similares do setor formal (CACCIAMALI, 1993). Portanto, a renda do ocupado no setor informal é bastante diversificada, pois algumas unidades de economia informal podem apresentar retorno financeiro bem mais elevado que a média dos salários do setor formal, assim não se pode denominar os trabalhadores informais como parte pobre da população ocupada, pois isto depende da forma de inserção do trabalhador na produção<sup>26</sup>.

Entre os atributos que normalmente caracterizam o setor informal pode-se ressaltar, pelo lado do emprego, as relações de trabalho não regulamentadas, as aptidões (qualificações) individuais adquiridas fora do sistema de educação formal - daí o baixo nível de produtividade destas atividades - e a renda intermitente e oscilatória. Pelo lado das firmas, observa-se estabelecimentos muito pequenos ou não organizados, familiares e, às vezes, individuais, constituídos para suprir as necessidades do mercado de trabalho, principalmente, no meio urbano; ausência de proteção governamental, ausência de obstáculos institucionais e tecnológicos para formação de estabelecimentos, limitada extensão da divisão do trabalho, escassas economias de escala e domínio dos mercados comparável à concorrência perfeita e ao monopólio.

O campo de atividades informais é bastante heterogêneo e está concentrado no comércio, na prestação de serviços a pessoas e na indústria; inclui formas de organização que

---

<sup>26</sup> A forma de inserção é dada tanto em função da propriedade dos meios de produção como da qualificação da força de trabalho.

vão desde a economia de base familiar passando por pequenas unidades de produção até o comércio ambulante e o *biscate*.<sup>27</sup>

Segundo Cavalcanti (1978), padrões familiares de organização convivem fragmentadamente, com formas capitalistas organizadas, abrindo entre umas e outras todo um leque de arranjos institucionais e econômicos, de níveis de pobreza e riqueza e de graus de utilização da força de trabalho. O autor ainda coloca que o setor informal representa "fonte de emprego de última instância" para aqueles indivíduos, via de regra não qualificados, migrantes, que não se considerem no âmbito de setor organizado.

Casimiro (1986), "coloca que há um hiato entre a concepção de informal, como um conjunto de atividades, cuja organização da produção se faz em moldes não-capitalistas, e a possibilidade de apreendê-los desta forma". Isto traduz a dificuldade de diferenciar as atividades informais, de outras atividades. Casimiro (1986), procura superar esta dificuldade, trabalhando inicialmente com informações obtidas a partir de uma concepção mais tradicional do mercado de trabalho, onde o informal está mais associado aos vínculos patrão-empregado, do que à organização da produção. Em seguida, procura utilizar uma metodologia que procura captar a forma da organização da produção. A concepção tradicional está mais próxima para indicar pobreza, do que mudanças nos espaços preenchidos pela organização da produção não-capitalista.

Por outro lado, Pires (1995), "trata de entender que a segmentação das relações sociais no mercado de trabalho como recorrentemente reproduzida pelo mesmo processo de movimento da expansão capitalista que destrói antigas relações, reconstrói outras novas e tantas, mantendo outras mais através de novas regras de articulação sócio-econômica e de sociabilidade".

Abordada sumariamente a literatura sobre o tema, entrar-se-á em breves considerações sobre o mercado de trabalho do município de Feira de Santana, tomando como base a literatura disponível sobre as características sócio-econômicas da região.

---

<sup>27</sup> No caso específico de Feira de Santana deve-se considerar a agropecuária como importante campo de atividades informais, principalmente, por causa do relevante trabalho familiar.

### **3. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE FEIRA DE SANTANA**

Este capítulo pretende traçar as principais características do mercado de trabalho do município de Feira de Santana (BA). Inicialmente serão colocados os aspectos gerais referentes a localização e antecedentes históricos. Em seguida, a composição demográfica, as características econômicas e a situação da distribuição da renda.

#### **3.1 Introdução**

A região de Feira de Santana é o espaço econômico da sua microrregião, acrescido de sua conexão, ao Sul, com o espaço econômico da Bacia do Paraguaçu. Constituída pelos distritos de Bonfim de Feira, Humildes, Jaguará, Jaíba, Governador João Durval Carneiro, Maria Quitéria e Tiquaruçu, abrange uma área de 1344 Km<sup>2</sup>.

Feira de Santana possui a segunda maior população do Estado, aproximadamente 406 mil habitantes de acordo com o Censo Demográfico 1991, elaborado pelo IBGE; dispõe de uma razoável estrutura para uma cidade de seu porte e conta com a proximidade do mercado potencial da Região Metropolitana de Salvador que contribui para o fluxo de insumos e o escoamento da produção, transformando o município num pólo dinamizador da região. Como segundo centro urbano da Bahia e núcleo comercial intraregional, Feira de Santana tem um mercado que transcende sua dimensão metropolitana, evidência que se traduz na magnitude do setor terciário local, abrangendo toda a macrorregião, num mercado de aproximadamente 3 milhões de pessoas.

A vocação comercial de Feira de Santana ganhou impulso a partir da década de 50, pois está situada estrategicamente em um entroncamento por onde passam as principais rodovias estaduais e federais, interligando as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, Feira de Santana transformou-se no centro nodal de transporte da região, garantindo-lhe uma vantagem competitiva sobre as demais cidades no interior do Estado.

A indústria surge no final do século XIX, como atividade marginal à pecuária e fumageira, até então cultura de grande importância na região. Inicialmente aparecem indústrias artesanais e de beneficiamento de fumo e peles (SEBRAE, 1992).

A disponibilidade de matérias-primas, de incentivos fiscais estaduais e federais e a existência de uma infra-estrutura social e econômica, presente no município, viabilizaram a implantação do Centro Industrial Subaé (CIS) em 1969, a terceira área de concentração industrial da Bahia. Neste mesmo ano é criado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), que acelera a urbanização de Feira de Santana (SUDIC, 1993).

O crescimento da economia feirense, no período de 1970 a 1980, deveu-se principalmente a uma expansão de sua atividade comercial, ligada a importantes movimentos de valorização de terras no meio rural, por sua vez ligados a certos aspectos da expansão do capital no eixo industrial metropolitano de Salvador. Isto proporcionou condições para diversificar a economia de Feira de Santana, traduzindo-se na expansão do setor de serviços, o que transformou o município num contínuo pólo de atrações de capitais.

A partir da década de 80, o comércio permaneceu impulsionando a economia feirense, mas, desta vez, aliado à industrialização.

### 3.2 Composição e Crescimento Populacional

Entre 1970 e 1980, a população feirense cresceu 55,64%, elevando a taxa de densidade demográfica, que passa de 139,35 hab/km<sup>2</sup> em 1970 para 216,89 hab/km<sup>2</sup> em 1980, segundo dados do IBGE apresentados na Tabela 1. O aumento populacional é acompanhado pela elevação da taxa de urbanização, que passa de 70,32% no início dos anos 70, para 80,14% em 1980, reflexo do processo de industrialização e desenvolvimento dos serviços que se acelera a partir da década de 70.

**Tabela 1 - População Residente, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica - Feira de Santana - 1970-1991**

Ano	Total	População Residente		Taxa de Urbanização (%)	Densidade Demográfica hab/km <sup>2</sup>
		Urbana	Rural		
1970	-	-	-	70,32	139,35
1980	55,64	77,38	4,15	80,14	216,89
1991	39,43	49,63	(1,75)	86,00	302,42

Fonte: IBGE e CEI, Cálculos nossos

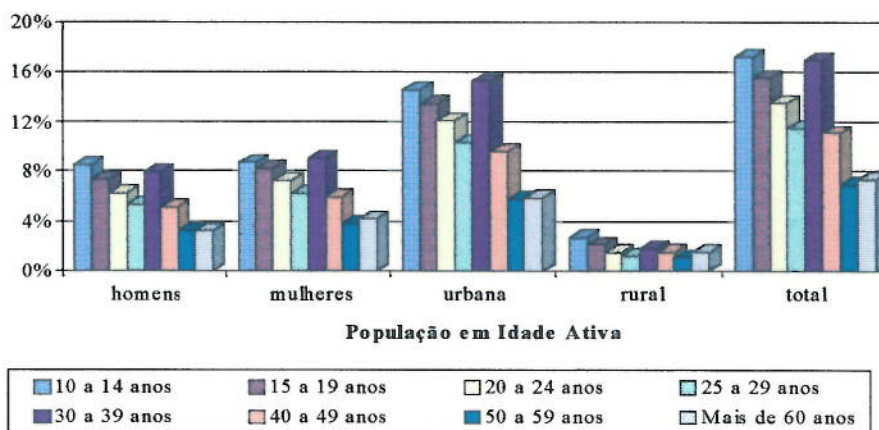
No período compreendido, entre 1980 e 1991 a população passa de 291.504 para 406.447 habitantes, apresentando uma taxa de crescimento decrescente da ordem de 39,43% em relação à década anterior. Enquanto, a densidade demográfica atinge 302,42 hab/km<sup>2</sup> no

ano de 1991, como mostra a Tabela 1. Dando continuidade ao processo de concentração urbana verificado na década de 70, em 1991 a taxa de urbanização passa para 86%, situando-se bem acima da taxa para o Estado de 56,6% em 1990 e 60,1% em 1995, segundo projeções do CEI (BAHIA, 1994).

A composição da população em idade ativa, em termos de faixa etária, é fundamental para a caracterização do mercado de trabalho. É fato por demais conhecido e testado empiricamente que a idade determina de que forma o indivíduo está inserido no mercado de trabalho.

A estrutura etária da PIA de Feira de Santana é por demais semelhante àquela encontrada no país como um todo e em algumas regiões desenvolvidas. Uma significativa parte da PIA de Feira de Santana é constituída de jovens com até 20 anos de idade, por volta de 33%. Observa-se que cerca de 14% da população se acha na faixa etária dos 50 anos ou mais. Essa constatação é fundamental para caracterização do perfil do mercado de trabalho, pois devido a população jovem, este sofre freqüentes pressões de oferta de mão-de-obra e, conseqüentemente, um aumento da taxa de desemprego (ver Figura 1).

**Figura 1 - Distribuição da PIA por Faixas Etárias conforme o Gênero e a Área do Domicílio - Feira de Santana - 1991**



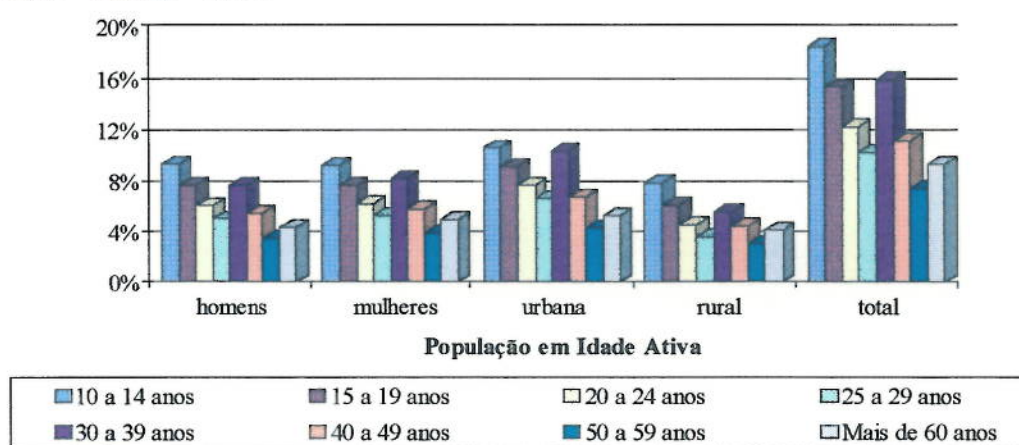
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 - Bahia

A configuração da pirâmide vem por outro lado mostrar que a população se acha proporcionalmente distribuída entre homens e mulheres (ver Figura 1), com percentuais maiores para as mulheres, onde 53% da PIA é composta de mulheres. O mesmo não se verifica com relação a distribuição da PIA conforme a área de residência, neste caso, nota-se que a população rural é significativamente reduzida, com um percentual maior entre os mais jovens - cerca de 5% da PIA rural tem até 20 anos de idade.



A estrutura etária de Feira de Santana assemelha-se com a da Bahia, como mostram os resultados do Censo de 1991 (ver Figura 2). Para o Estado como um todo, 34% da população é constituída de jovens de menos de 20 anos de idade e apenas 16% da população ultrapassa os 50 anos. Em termos de pirâmide populacional, observa-se também uma distribuição semelhante para o Estado como um todo, uma vez que, dos 34% da população de até 20 anos, 17% é constituída de homens e 17% de mulheres. Do mesmo modo, o percentual de mulheres é mais significativo, representando cerca de 51%.

**Figura 2 - Distribuição da PIA por Faixas Etárias conforme o Gênero e a Área do Domicílio - Bahia - 1991**

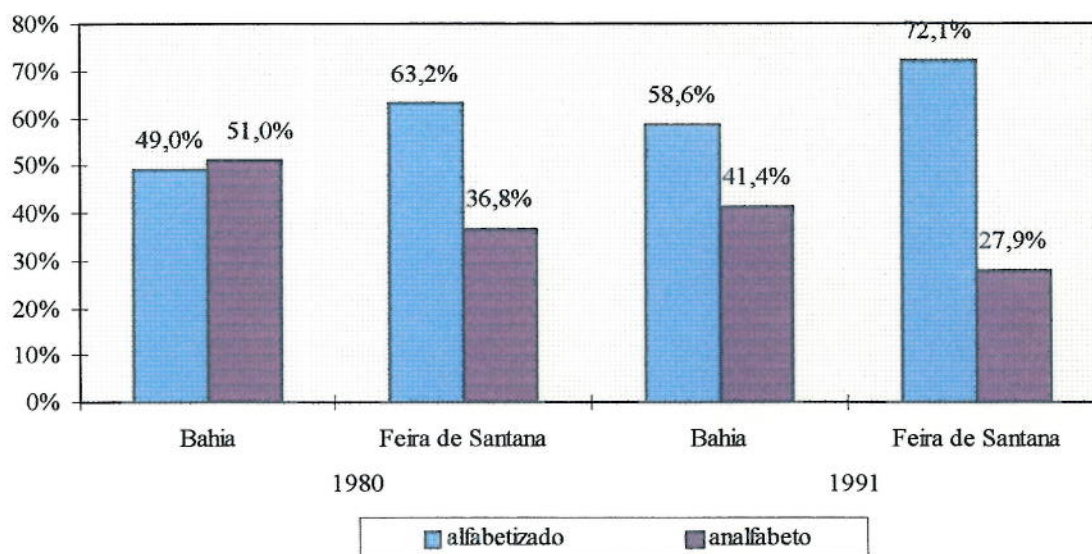


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 - Bahia

Por outro lado, a PIA por área de residência mostra-se significativamente diferenciada entre a Bahia e o MFS. No Estado é observado que a distribuição da PIA é mais ou menos a mesma para a zona urbana e zona rural, apesar de ser visualmente menor para a zona rural. No entanto, a PIA rural da Bahia é bem maior do que a PIA rural do MFS. Pode-se concluir então que há uma êxodo rural-urbano muito maior no município do que no Estado como um todo. Em percentuais, tem-se que a população na área rural representa 39% da PIA, para a Bahia, enquanto que no MFS representa apenas 13%.

O grau de alfabetização é um indicador de padrão de vida regional. Observa-se que o grau de alfabetização aumentou, entre 1980/1991, tanto para o Estado como para o município. Em Feira de Santana, verifica-se um índice de alfabetização de 72%, como mostra a Figura 3. Para a Bahia é verificado um percentual maior de analfabetos, cerca de 41%. Isto evidencia uma população mais educada para o município.

**Figura 3 - População\* Alfabetizada e não Alfabetizada - Bahia e Feira de Santana - 1980/1991**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1980/1991

\* População com mais de 5 anos de idade.

É interessante analisar a evolução das taxas de alfabetização para o período 1980/1991, em função da disponibilidade dos dados sobre a faixa etária e a área de residência visualizadas na Tabela 2. Os analfabetos estão principalmente concentrados nas faixas etárias de jovens e idosos.

**Tabela 2 - Distribuição da População por Grupos de Idade com Indicação da Alfabetização - Feira de Santana - 1980/1991**

Faixa Etária	1980		1991	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
5 a 9 anos	7,00	4,00	7,81	5,04
10 a 14 anos	16,00	22,00	15,32	19,27
15 a 19 anos	18,00	23,00	15,38	21,10
20 a 24 anos	15,00	15,00	13,90	14,54
25 a 29 anos	11,00	9,00	11,95	10,60
30 a 39 anos	15,00	12,00	16,87	13,45
40 a 49 anos	9,00	8,00	9,51	7,83
50 a 59 anos	5,00	4,00	5,12	4,56
Mais de 60 anos	4,00	4,00	4,14	3,61
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 - Bahia

Esses dados demonstram, de uma maneira geral, a ocorrência de uma melhoria nas taxas de alfabetização, apesar da necessidade de se obter uma transformação muito mais substancial a curto prazo. Em 1980, o município possuía mais de 63% de alfabetizados. As

mudanças na alfabetização foram significativas em 1991, a proporção de alfabetizados aumentou para 72%. No entanto, ocorreu algum decréscimo para a população urbana. Já a população rural, em geral, é alfabetizada com taxas mais baixas em relação à população urbana.

Em virtude de sua posição geográfica e de entreposto de irradiação Norte-Nordeste-Sul e Leste-Oeste do país, o município constitui-se num dos maiores centros de migração do país, notadamente do Nordeste. É ponto de atração e convergência de fortes correntes migratórias. Em alguns casos é local intermediário de passagem, outras vezes é mesmo o destino de muitos. Devido a essa vocação natural para migração, Feira é considerada “uma cidade inchada”, pois são elevadíssimos os índices de crescimento da população urbana. A forte corrente migratória, manifesta-se em problemas sociais tais como a mendicância, o menor abandonado, o surgimento de favelas, o subemprego etc (Serviço de Integração de Imigrantes, 1973).

### **3.3 Composição Econômica do Município**

O município de Feira de Santana tem como principal atividade agropecuária a criação de gado extensiva, ocupando quase  $\frac{3}{4}$  do total das terras produtivas. As lavouras utilizam 10,26% destas terras, sendo a ocupação das lavouras temporárias cinco vezes maior que a das lavouras permanentes. As culturas que se destacam são os tradicionais produtos de subsistência - mandioca, milho e feijão - a cana-de-açúcar e a laranja (IBGE, 1985).

Dentre as atividades econômicas tipicamente urbanas, o ramo de serviços exhibe uma menor participação na composição do emprego global na região. No município de Feira de Santana, de acordo com dados fornecidos pelo IBGE, indicados nas Tabelas 3 e 4, para o ano de 1985, foram ofertados 5.694 empregos nos estabelecimentos vinculados à prestação de serviços, o que corresponde a 20,37% da população ocupada entre os setores comercial, industrial e de serviços do município. Nesse mesmo ano a indústria absorveu 29,28% dos trabalhadores e o comércio foi responsável por 50,35% dos empregos diretos.

**Tabela 3 - Distribuição do nº de Estabelecimentos de Comércio, Indústria e Serviços e Pessoal Ocupado - Feira de Santana - 1980/1985**

Setores de Atividade	Nº de Estabelecimentos			Pessoal Ocupado					
				Total			Mão-de-Obra Direta		
	1980	1985	(VAR)	1980	1985	(VAR)	1980	1985	(VAR)
<b>Comércio</b>	1.347	2.203	63,55%	8.529	14.075	65,03%	5.327	9.838	84,68%
<i>Varejista</i>	1.253	2.047	63,37%	7.454	11.855	59,04%	4.729	8.354	76,65%
Veículos novos e usados, peças	130	208	60,00%	899	1.424	58,40%	430	858	99,53%
Combustíveis e Lubrificantes	42	49	16,67%	472	540	14,41%	339	419	23,60%
Mercadorias em Geral Inc.	26	42	61,54%	1.154	1.792	55,29%	920	1.672	81,74%
<i>Alimentícios</i>	1.055	1.748	65,69%	4.929	8.099	64,31%	3.040	5.410	77,96%
Demais Gêneros	84	151	79,76%	968	1.970	103,51%	586	1.473	151,37%
<b>Atacadista</b>	525	583	11,05%	8.892	8.183	(7,97%)	6.511	6.138	(5,73%)
<b>Indústria</b>	51	63	23,53%	1.063	740	(30,39%)	773	524	(32,21%)
Metalúrgica	11	11	-	733	536	(26,88%)	476	356	(25,21%)
Borracha	6	9	50,00%	368	339	(7,88%)	159	240	50,94%
Química	9	14	55,56%	317	514	62,15%	232	407	75,43%
Perfumaria	69	129	86,96%	1.090	1.271	16,61%	816	850	4,17%
Alimentares	379	357	(5,80%)	5.321	4.783	(10,11%)	4.053	3.761	(7,20%)
Demais Gêneros	859	1.606	86,96%	3.960	5.694	43,79%	2.658	3.576	34,54%
<b>Serviços</b>	235	582	147,66%	813	1.746	114,76%	469	962	105,12%
Alimentação	323	521	61,30%	1.411	1.721	21,97%	991	1.094	10,39%
Reparação	102	175	71,57%	564	751	33,16%	396	505	27,53%
Aux de Prestação a empresas e pessoal	199	328	64,82%	1.172	1.476	25,94%	802	1.015	26,56%
Demais Gêneros	2.731	4.392	60,82%	21.381	27.952	30,73%	14.496	19.552	34,88%
<b>Total</b>									

Fonte: IBGE - Censo Econômico 1985/Municípios, Cálculos nossos

Nota: Nova metodologia - os censos de 1985 só recensaram estabelecimentos com CGC e que tinham empregados.

O setor comercial no período de 1980/85, alcançou um aumento absoluto de 856 estabelecimentos comerciais, o que chega a ser um crescimento superior a 63%. Esta expansão exerceu um impacto direto sobre a oferta de emprego no município, bastante significativa, tendo sido criados 5.546 novos postos de trabalho no comércio feirense, representando uma variação de cerca de 65%, sendo o crescimento do comércio atacadista o mais significativo - 103,51%.



**Tabela 4 - Variação de Emprego por nº de Estabelecimentos de Comércio, Indústria e Serviços e do Pessoal Ocupado - Feira de Santana - 1980/1985**

Setores de Atividade	Emprego/Estabelecimentos		Pessoal Ocupado			
	1980	1985	Total (%) <sup>1</sup>		Mão-de-Obra Direta <sup>2</sup> (%)	
			1980	1985	1980	1985
<b>Comércio</b>	6,33	6,39	39,89	50,35	62,46	69,90
<i>Varejista</i>	5,95	5,79	87,40	84,23	63,44	70,47
Veículos novos e usados, peças	6,92	6,85	12,06	12,01	47,83	60,25
Combustíveis e Lubrificantes	11,24	11,02	6,33	4,56	71,82	77,59
Mercadorias em Geral Inc.	44,38	42,67	15,48	15,12	79,72	93,30
<i>Alimentícios</i>						
Demais Gêneros	4,67	4,63	66,13	68,32	61,68	66,80
<i>Atacadista</i>	11,52	13,05	11,35	14,00	60,54	74,77
<b>Indústria</b>	16,94	14,04	41,59	29,28	73,22	75,01
Metalúrgica	20,84	11,75	11,95	9,04	72,72	70,81
Borracha	66,64	48,73	8,24	6,55	64,94	66,42
Química	61,33	37,67	4,14	4,14	43,21	70,80
Perfumaria	35,22	36,71	3,57	6,28	73,19	79,18
Alimentares	15,80	9,85	12,26	15,53	74,86	66,88
Demais Gêneros	14,04	13,40	59,84	58,45	76,17	78,63
<b>Serviços</b>	4,61	3,55	18,52	20,37	67,12	62,80
Alimentação	3,46	3,00	20,53	30,66	57,69	55,10
Reparação	4,37	3,30	35,63	30,22	70,23	63,57
Aux de Prestação a empresas e pessoal	5,53	4,29	14,24	13,19	70,21	67,24
Demais Gêneros	5,89	4,50	29,60	25,92	68,43	68,77
<b>Total</b>	7,83	6,36	100,00	100,00	67,80	69,95

Fonte: IBGE - Censo Econômico 1985/Municípios, Cálculos nossos.

1. Percentual de coluna, conforme os níveis de agregação.

2. Proporção da Mão-de-Obra Direta em relação ao total de pessoas ocupadas.

Obviamente, o comércio varejista absorve a parcela mais significativa da força de trabalho engajada na atividade comercial cerca de 85% em 1985, abarcando também um maior número de estabelecimentos (93%)<sup>28</sup>. Todavia, a média de trabalhadores por estabelecimento é notadamente mais elevada no comércio atacadista. Em 1985 por exemplo cada estabelecimento dessa classe gerava em média 13 empregos diretos enquanto o comércio varejista empregava em média 6 trabalhadores por estabelecimento. De modo geral, o número de empregados/estabelecimento do setor de comércio permaneceu estável, em torno de 6 empregados/estabelecimento entre 80/85.

<sup>28</sup> Segundo o CICASE, em 1991 existiam 4.040 estabelecimentos comerciais em Feira de Santana.

O perfil do setor de serviços em Feira de Santana experimenta modificações no período de 1980/85. Conforme indica nas Tabelas 3 e 4, o setor de serviços de alimentação superou os demais gêneros (de reparação e instalação) em termos de números de estabelecimentos (aumento absoluto de 347 estabelecimentos) e oferta de emprego, respondendo por cerca de 31% do total do pessoal ocupado no setor, onde houve um acréscimo de 114,76% de empregados.

Os estabelecimentos industriais estão distribuídos no perímetro urbano da cidade, voltados para as suas saídas rodoviárias, em proporções quase equivalentes àqueles dos núcleos concentrados.

O desenvolvimento industrial em Feira de Santana pode ser observado quando se analisa os dados fornecidos pelo IBGE, presentes nas Tabelas 3 e 4. Durante o período 1980/85, verifica-se um aumento de cinquenta e oito novos estabelecimentos no município, o que representa uma variação de 11,05%. Aí deve-se ressaltar a importância do CIS (Centro Industrial Subaé) como importante pólo de atração de capital industrial. Os incentivos fiscais, características locacionais e a existência de uma razoável infra-estrutura conduziram o município de Feira de Santana ao desenvolvimento de um forte pólo industrial para a economia baiana.

Todavia, para este mesmo período observa-se, alguma mortalidade de empresas<sup>29</sup>, seguida por uma redução de cerca de 8% no nível de emprego industrial, sem desconsiderar, é claro, a entrada de novas unidades produtivas, apesar de ter havido um crescimento 62,15% na indústria de perfumaria, isto tudo é resultado da recessão da economia brasileira no decorrer da década de 80 e do efeito de outras alterações que afetaram a posição de Feira de Santana no interior do sistema urbano regional, mas em decorrência também de um processo de concentração econômica e de diferenciação da estrutura produtiva regional.

---

<sup>29</sup>Segundo o CICASB, em 1991 existiam 681 estabelecimentos industriais no município de Feira de Santana.

O parque industrial de Feira de Santana caracteriza-se pelos seguintes fatos: ausência de uma indústria motriz; a presença pontual de algumas grandes unidades, dispersas em variados ramos e aparentemente independentes de economias de aglomeração a nível local; a dominância quase absoluta de pequenas empresas e uma dispersão sobre quase todo o território da cidade, concentrando-se na área CIS/BR-324 e em torno da saída para Serrinha (BR-116).

O CIS produz fundamentalmente bens de consumo final, utilizando insumos que são, na sua grande maioria, beneficiados anteriormente. Devido a sua posição privilegiada, o CIS tem acesso relativamente fácil aos principais mercados fornecedores do país. O Nordeste é o grande mercado consumidor de bens finais e insumos primários produzidos pelo CIS, como madeira, farinha de soja, arroz e açúcar (SUDIC, 1993).

Na análise conjunta dos três setores para o período compreendido entre 1980/85, verifica-se um aumento de cerca de 30% do total de pessoal ocupado e de 34,88% da mão-de-obra direta, enquanto que a variação emprego/estabelecimento permanece na média de 7 trabalhadores por estabelecimento, apesar da redução de trabalhadores por estabelecimento na indústria (de 16,94 para 14,04) e no setor de serviços (de 4,61 para 3,55).

A expansão do emprego urbano parece estar associada ao incremento significativo da economia terciária, articulada com a expansão urbana, que pode ser identificada com o movimento de obras públicas, a partir da década de 70.

A observação das informações sobre o emprego mostra pouco dinamismo do emprego no setor secundário enquanto a modernização da economia rural pressiona pela redução do emprego rural direto. Resultando em uma fuga do meio rural para o urbano, o que pode ser confirmado quando se observa a variação da população residente rural de 1980 que era de 19% e passa para 13% em 1991 (ver Tabela 1).

Apesar do peso minoritário da indústria no conjunto do emprego (29,28% entre os setores da economia), os salários pagos, baixos, porém relativamente mais altos que para o conjunto da PEA; a maior estabilidade do emprego que na maioria dos ramos do terciário e do que no primário; e o efeito reduzido, porém positivo, de multiplicação em empregos terciários, são aspectos que indicam prioridade para a questão do emprego, como elemento de incentivo à indústria de Feira.

### 3.4 Nível e Distribuição de Renda

A renda média mensal domiciliar do município era no mês de setembro de 1991, de acordo com o IBGE (ver Tabela 5) de 100,37 mil cruzeiros, equivalente a quase três salários mínimos. Em termos *per capita*, essa renda baixa para menos de 1 (um) salário mínimo, cerca de Cr\$ 21,68 mil, já que o tamanho médio da unidade domiciliar é de 4,63 pessoas.

A renda média por domicílio para quem ganha até 2 salários mínimos é extremamente baixa quando comparada com a renda média domiciliar de quem ganha acima de 20 salários mínimos.

**Tabela 5 - Renda Média e Per Capita Mensal por Níveis de Renda - Feira de Santana - 1991**

Níveis de Renda <sup>(1)</sup>	Renda Domiciliar <sup>(2)</sup>	Pessoas/ Domicílios	Renda per capita Mensal
Sem rendimento	0,00	4,56	0,00
Sem declaração	0,00	4,39	0,00
Até ¼ SMs	6,49	4,20	1,55
Mais de ¼ a ½ SMs	15,37	4,30	3,58
Mais de ½ a 1 SMs	26,93	4,66	5,78
Mais de 1 a 2 SMs	76,73	4,66	16,48
Mais de 2 a 5 SMs	114,79	4,67	24,60
Mais de 5 a 10 SMs	245,87	4,83	50,87
Mais de 10 a 20 SMs	538,13	5,01	107,46
Mais de 20 SMs	1.310,33	5,29	247,70
Total	100,37	4,63	21,68

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1991

(1) Os intervalos de renda foram estratificados em termos de salário mínimo mensal (Cr\$ 36.161,60).

(2) Em Cr\$ 1.000,00.

Feira de Santana representa o quadro típico de pobreza encontrada na maioria das cidades do Nordeste. Essa pobreza é ainda mais extremada pela composição demográfica dos domicílios. Comparado com regiões desenvolvidas, o tamanho médio da família de Feira de Santana é extremamente elevado. Esse crescente amontoado de indivíduos por domicílio baixa tremendamente o montante da renda *per capita* mensal para todos os níveis de renda, com exceção, apenas, da pequena proporção de pessoas que se encontra no cume da pirâmide das classes de renda. Observa-se que o número de pessoas por domicílio das classes de níveis de renda superiores é maior do que as outras classes de níveis de renda mais baixas, isto porque, as famílias mais ricas possuem mais empregados domésticos, o que eleva proporcionalmente o número de pessoas por domicílio neste caso; também, é verificado que a



renda *per capita* tende a se elevar das classes de renda mais baixa para as classes de renda mais alta crescentemente.

O quadro de distribuição de renda domiciliar pode ser contemplado através dos dados da Tabela 6. A concentração de renda no município é típica da encontrada numa região como o Nordeste do Brasil e em outras áreas de regiões satelitizadas. Segundo os dados do Censo de 1991, cerca de 45% da população, com níveis de renda abaixo de um salário mínimo, tem direito a menos de 10% da renda recebida por todas as famílias. Por contraste, menos de 5% da população mais rica se apropria de mais de 30% desta renda.

Enquanto cerca de 45% dos domicílios mais pobres não atingem 50% da renda média encontrada para uma família típica do município, menos de 1,5% dos domicílios mais ricos ultrapassam a renda média típica de cerca de 13 vezes.

**Tabela 6- Distribuição da Renda Domiciliar - Feira de Santana - 1991**

Níveis de Renda <sup>(1)</sup>	Total de Domicílios	Renda Média Domiciliar Em Cr\$ 1000,00	Renda Global em Cr\$ 1000,00	Participação Relativa do Domicílio	% Acumulada	Participação Relativa da Renda	% Acumulada
Sem rendimento	4.612	0,00	0,00	5,30%	5,30%	0,00%	0,00%
Sem declaração	219	0,00	0,00	0,25%	5,55%	0,00%	0,00%
Até ¼ SMs	1.048	6,49	6,80	1,20%	6,75%	0,08%	0,08%
Mais de ¼ a ½ SMs	1.0639	15,37	163,53	12,22%	18,98%	1,87%	1,95%
Mais de ½ a 1 SMs	22.419	26,93	603,71	25,75%	44,73%	6,91%	8,86%
Mais de 1 a 2 SMs	21.095	76,73	1.618,60	24,23%	68,96%	18,53%	27,39%
Mais de 2 a 5 SMs	16.913	114,79	1.941,52	19,43%	88,39%	22,22%	49,61%
Mais de 5 a 10 SMs	6.476	245,87	1.592,25	7,44%	95,83%	18,22%	67,83%
Mais de 10 a 20 SMs	2.520	538,13	1.356,09	2,89%	98,72%	15,52%	83,35%
Mais de 20 SMs	1.110	1.310,33	1.454,47	1,28%	100,00%	16,65%	100,00%
TOTAL	87.051	100,37	8.736,97			100,00%	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1991

<sup>(1)</sup> Os intervalos de renda foram estratificados em termos de salário mínimo mensal (Cr\$ 36.161,60)

Feira de Santana não parece apresentar uma classe média alta expressiva já que a população dos intervalos de renda média não se apresenta como tipicamente concentradora de renda.

Para se medir com maior precisão o grau de distribuição da renda em Feira de Santana e possibilitar sua comparação com outras áreas do Estado, utiliza-se o coeficiente de desigualdade, índice de Gini, cujo valor apresenta-se relativamente alto, em torno de 0,62. Sabendo-se que quanto mais próximo de zero o valor do coeficiente de desigualdade, melhor a distribuição de renda, conclui-se que a renda se ache extremamente mal distribuída no município, o que vem mais uma vez a confirmar a análise anterior.

**Tabela 7 - Coeficientes de Desigualdades de Renda**

Cidades Baianas	Índice de Gini
Camaçari	0,5106
Jequié	0,6093
Feira de Santana	0,6214
Ihéus	0,6262
Vitória da conquista	0,6332
Salvador	0,6516
Itabuna	0,6705

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1991

São apresentados na Tabela 7, em nível crescente de desigualdade, alguns coeficientes de Gini, calculados para alguns municípios da Bahia, que permitem comparar o nível de distribuição da renda nessas áreas com o encontrado para Feira de Santana.

Os valores acima mostram que a melhor distribuição de renda é encontrada em Camaçari, apresentando-se as demais cidades com distribuição altamente desigual. Entretanto todos os índices listados são elevados, comparados ao do Estado que possui um índice de 0,6533.

Face ao descrito, deve-se introduzir à discussão anterior, considerações a respeito do setor informal dentro da economia feirense. Esta análise é importante devido às transformações ocorridas no município nos últimos anos, como já foi examinado nos parágrafos anteriores, onde se tem verificado elevados níveis de desenvolvimento, não só econômicos como também sociais.

Dentre as mudanças ocorridas, tem-se um mercado de trabalho mais diferenciado, com relações de trabalho formais e informais, bem definidas. O setor informal devido à natureza do processo de urbanização e de industrialização, concentra-se, em grande parte, no setor terciário da economia. A expansão do setor informal no município pode ser observada através da proliferação do sistema de feiras livres, *camelôs*, vendedores ambulantes de alimentos, *barraqueiros* ... pertencentes a realidade feirense.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Feira de Santana já possui alguns locais específicos para alocar os ambulantes, feirantes, camelôs etc, como por exemplo, o "Feiragui", na Praça Presidente Médice, a "Feirinha", realizada aos domingos, no Bairro da Estação Nova; o "Lambe-Lambe", na Praça Bernadino Bahia; entre outros. Isto não quer dizer que esses comerciantes somente estejam concentrados nestes locais, eles estão espalhados por toda a cidade. Atualmente, ocorrem intervenções do governo municipal que tenta inibir o comércio de rua, em algumas áreas centrais, enfrentando estratégias de resistência e organização de camelôs e ambulantes, que crescem dia a dia. Em Feira, ocorrem conflitos entre a prefeitura municipal e os comerciantes de rua (principalmente com os camelôs do "Feiragui"), por causa das reclamações dos comerciantes fixos, os camelôs aproveitam essa situação para garantir a consciência de classe entre os informais, estes reivindicam às autoridades municipais espaços públicos de comercialização, capacitação profissional, entre outras coisas.

O SEBRAE, recentemente realizou uma pesquisa a fim de formar o perfil das micro e pequenas empresas da cidade de Feira de Santana. Os dados mostram uma alta concentração de micro e pequenas empresas em atividades envolvendo um baixo grau de organização econômica e reduzido volume de capital fixo, principalmente, de atividades comerciais, realizadas no próprio domicílio do proprietário. Quanto a natureza jurídica, os resultados indicam que cerca de 63% dos negócios não estão devidamente legalizadas (SEBRAE, 1992). Tal estudo, além de não evidenciar o lado da oferta de mão-de-obra, apresenta o setor informal de maneira displicente, sem atentar para o principal elemento que caracteriza o setor: as relações de trabalho não tipicamente capitalistas.

No sentido de encaminhar algumas reflexões acerca do mercado de trabalho informal no município de Feira de Santana, objetiva-se enfocar não só o lado da oferta de trabalho, como também, a teoria disponível sobre as relações de trabalho.

## 4. METODOLOGIA

O trabalho aqui desenvolvido usa como base de dados a “Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho no Município de Feira de Santana”, montada principalmente para este fim, e tem por objetivo crucial caracterizar as relações formais e informais do mercado de trabalho deste município.

Nesta perspectiva, o presente capítulo contempla:

- a) uma breve introdução, que explicita os principais objetivos da pesquisa;
- b) apresenta os procedimentos utilizados para realizar a pesquisa de campo;
- c) expõe o método de coleta de dados e as variáveis que este se pretende analisar;
- d) faz uma breve explanação dos instrumentais utilizados para realizar a análise de dados.

### 4.1 Introdução

Com base na teoria anteriormente delineada, o presente estudo apresenta evidências empíricas para o município de Feira de Santana, frente às mudanças na estrutura produtiva, acerca do mercado trabalho mais especificamente as relações formais e informais do mercado de trabalho.

O objetivo deste trabalho é, em primeiro lugar, apresentar os conceitos de setor formal e setor informal associado à reestruturação do mercado de trabalho frente às mudanças estruturais da economia feirense, tais como crescente urbanização, desenvolvimento do CIS, entre outras; e, em seguida, verificar a proporção de trabalhadores formais e informais dentro do mercado de trabalho do município de Feira de Santana, conforme suas características individuais e ocupacionais.

Em seu desenrolar, são enfocadas algumas questões que permeiam a discussão sobre os principais aspectos relacionados à composição do mercado de trabalho da região. Através da análise da composição do mercado de trabalho, identificam-se as características individuais e ocupacionais da população informal *vis a vis* à população formal.

Assim, as questões que se pretende responder são: Qual o perfil do mercado de trabalho no município de Feira de Santana? Qual o grau de informalidade do município? Qual a posição das mulheres, jovens, idosos, migrantes, chefes de domicílio nos setores formal e informal?

Enfim, desenhar o perfil do mercado de trabalho do município de Feira de Santana constitui a preocupação central deste trabalho.

Mais especificamente, pretende-se com este estudo atingir os seguintes objetivos:

- a) Dimensionar a proporção de pessoas ocupadas no setor informal a fim de determinar o grau de informalização do município de Feira de Santana;
- b) Caracterizar a população ocupada formal e informal conforme suas características individuais e ocupacionais;
- c) Determinar a taxa de desemprego e compará-la com o grau de informalização;
- d) Identificar a proporção de trabalhadores que exercem uma atividade secundária com o propósito de complementar renda;
- e) Determinar o tempo de duração de desemprego e o tempo de duração do emprego anterior.

Em seguida, serão expostos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa de campo que servem de base para a discussão sobre o mercado de trabalho, no município de Feira de Santana.

## **4.2 Procedimentos**

A metodologia adotada visa responder de uma forma bastante específica, aos objetivos formulados, tendo em vista expor não só o método de resolução para as questões colocadas mas, também, a sua contribuição para melhor compreensão das hipóteses gerais.

Para a delimitação do campo do setor informal, é necessário dimensionar a população que ocupa esse setor, definir critérios para localizá-la e quantificar este universo.

O plano amostral teve como referência os dados sobre a população residentes nos setores censitários de acordo com o Censo Demográfico de 1991. Para a seleção dos setores

censitários que comporiam a amostra realizou-se uma amostragem aleatória proporcional ao tamanho dos subdistritos para seleção de setores censitários, em seguida, utilizando-se o método aleatório simples, a partir dos setores censitários, foram sorteados os domicílios a serem entrevistados, chegando-se finalmente à totalidade da amostra.

O método utilizado para dimensionar este universo foi através da pesquisa direta junto a domicílios, pois acredita-se ser esta a forma mais viável para se apreender as diversas maneiras pelas quais os indivíduos participam da produção, inclusive porque algumas ocupações não são facilmente identificadas nos registros oficiais, sendo esta a única opção para coleta de dados.

### **4.3 Coleta de Dados**

Com a coleta de dados pretende-se, então, construir categorias analíticas com o intuito de expressar as formas pelas quais os indivíduos participam da produção a partir da investigação das seguintes variáveis:

a) características pessoais:

I - posição do chefe da família (condição na família)

II - área de residência (urbana ou rural)

III - sexo

IV - cor

V - idade

VI - naturalidade

VII - escolaridade

B) características ocupacionais:

I - ocupação

II - posição da ocupação

III - setor ou ramo de atividade

IV - local da atividade

V - tamanho da empresa ou negócio

VI - tempo de trabalho

VII - jornada de trabalho

VIII - rendimento bruto mensal

IX - contribuição ao Instituto de Previdência Social

X - carteira de trabalho assinada

XI - ocupação secundária (se for o caso)

i) ramo de atividade

ii) categoria ocupacional

iii) tempo de trabalho

iv) rendimento mensal

XIII - ocupação anterior

i) ramo de atividade

ii) categoria ocupacional

iii) tempo de trabalho

iv) rendimento mensal

XII - ocupação no primeiro emprego

Utilizou-se o método de entrevistas como instrumento de coleta de dados, aplicando-se questionário, com perguntas abertas e fechadas, junto a PIA dos domicílios, além do estudo da literatura específica sobre o município. Ao longo da entrevista, um bloco de respostas desenha um quadro que indicará como se dá a participação do trabalhador na produção e quais as diferenças na forma de inserção destes no mercado de trabalho.

#### **4.3.1 Amostra**

O critério empregado para a escolha da amostra representativa do universo em questão foi aleatório proporcional ao tamanho dos subdistritos para seleção de setores

censitários, em seguida, utilizando-se o método aleatório simples, a partir dos setores censitários, foram sorteados os domicílios a serem entrevistados, a fim de que cada elemento da população tenha a mesma probabilidade de ser incluído na amostra.

Os trabalhos foram baseados nos Cadastros do IBGE, do Censo de 1991, por apresentar-se, apesar das limitações, como a melhor forma de cadastramento das unidades domiciliares.

Os cadastros do IBGE indicam a existência de 355 setores censitários, distribuídos entre os distritos e subdistritos, constituída por 104.986 domicílios residenciais, como mostra o Quadro 1. Para constituir a amostra selecionou-se 30% dos setores censitários de cada subdistrito/distrito e 1% de domicílios residenciais para cada setor.

O tamanho da amostra foi obtida, tomando-se como variável dimensionadora os setores censitários do município de Feira de Santana para cada distrito e/ou subdistrito do município, relacionado ao número de domicílios residenciais visitados em cada setor censitário. Então, calculou-se, a frequência acumulada do número de domicílios visitados, baseado na distribuição ordenada dos setores censitários.

Em seguida, "sorteou-se" através do processo de amostragem aleatória, proporcionalmente ao número de domicílios, 30% (trinta por cento) dos setores censitários de cada distrito e/ou subdistrito, utilizando-se a tabela de números aleatórios.

Para isto, escolheu-se, então, aqueles setores correspondentes ao intervalo de números de domicílios a que pertence o número aleatório. Somente foi necessário "sortear" a quantidade de números suficientes à amostra. Quando era "sorteado" um número superior ao da população, ou quando ocorriam casos em que um ou mais setores da população eram sorteados mais de uma vez, este era rejeitado e realizado um novo sorteio, o que não prejudicou na obtenção da amostra.

Em seguida, definiu-se uma amostra de 1% de domicílios dos setores sorteados. Com a ajuda da tabela de números aleatórios, sorteou-se os domicílios que foram entrevistados.

Junto ao órgão local do IBGE, foi solicitado a localização dos setores censitários sorteados. A localização dos domicílios entrevistados foi feita através de mapas dos setores



cenitários, onde foram numeradas todas as quadras e determinado um ponto de referência inicial; contou-se o número de domicílios até chegar àquele correspondente ao número sorteado. Neste domicílio foi feita a primeira entrevista; após esta, a contagem prosseguiu até o próximo número sorteado; este processo se repetiu até que todos os domicílios sorteados fossem entrevistados, seguindo-se a ordem da numeração das quadras, sem expandir os limites do setor censitário definidos no mapa. Quando não havia residentes no domicílio, escolhia-se o domicílio da direita do anteriormente sorteado se o número sorteado fosse par; caso contrário, o da esquerda se o número fosse ímpar. Nos domicílios de áreas rurais, foi feito um sorteio entre o número de fazendas e povoados de acordo com número de domicílios necessários dentro do setor censitário, em cujas fazendas e povoados foram feitas as entrevistas. Esses métodos foram utilizados a fim de atingir a totalidade do setor censitário sem incorrer em erros estatísticos.

**Quadro 1 - Distribuição do Universo e da Amostra**

DISTRITOS E/OU SUBDISTRITOS	UNIVERSO				AMOSTRA			
	SETORES		DOMICÍLIOS		SETORES		DOMICÍLIOS	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
1. Bonfim de Feira	5	0,01	1.091	0,01	1	0,01	2	0,01
2. Feira de Santana	291	0,82	91.582	0,87	87	0,83	300	0,87*
2.1. Mangabeira	33	0,09	10.945	0,10	10	0,10	29	0,08
2.2. Pampalona	39	0,11	13.472	0,13	12	0,11	48	0,14
2.3. Santana	114	0,32	34.944	0,33	34	0,32	108	0,31
2.4. Santo Antônio	68	0,19	20.733	0,20	20	0,19	67	0,19
2.5. Subaé	37	0,10	11.488	0,11	11	0,10	48	0,14
3. Governador João Durval	7	0,02	1.165	0,01	2	0,02	4	0,01
4. Humildes	11	0,03	2.728	0,03	3	0,03	10	0,03
5. Jaguará	11	0,03	2.027	0,02	3	0,03	8	0,02
6. Jaíba	6	0,02	868	0,01	2	0,02	3	0,01
7. Maria Quitéria	17	0,05	4.562	0,04	5	0,05	16	0,05
8. Tiquarucu	7	0,02	963	0,01	2	0,02	3	0,01
TOTAL	355	1,00	104.986	1,00	105	1,00	346	1,00
% DO UNIVERSO	100%		100%		29,58%		0,33%	

Fonte: IBGE. Cálculos nossos.

\* A diferença existente entre os valores relativos dos domicílios para o universo e a amostra deve-se ao fato da composição dos subdistritos dentro do distrito de Feira, ou ainda, pelo elevado número de setores pertencentes em cada subdistrito, além disso, o sorteio não foi feito por *subdistritos* mas por *setores*.

Após definida a amostra, tem-se um universo de análise com 105 setores censitários e 346 domicílios residenciais, com uma média de 3,6 pessoas por domicílio, abrangendo, aproximadamente, 1255 pessoas que correspondem a 0,39% da população do município de Feira de Santana.



## **4.4 Análise dos Dados**

Neste momento, define-se a metodologia para interpretar os dados obtidos da pesquisa de campo. Deste modo, alguns conceitos metodológicos devem ser melhor definidos para facilitar a análise.

### **4.4.1 Seleção das Variáveis Determinantes**

A finalidade desta seção é identificar as variáveis relevantes para a caracterização das relações formais e informais. Inicialmente, explicitam-se alguns conceitos importantes.

Estes conceitos têm como base as metodologias de pesquisas domiciliares nacionais, em especial, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Cada uma destas, aplica diferentes metodologias devido ao caráter conceitual diverso que utilizam (IBGE, 1981, 1983, SEADE/SUDENE/DIEESE, 1987).

Um primeiro conceito é o de População em Idade Ativa (PIA) que corresponde à população de 10 anos ou mais de idade. Nesta encontram-se os inativos, os ocupados e os desempregados, ou ainda, a População Economicamente Ativa (PEA) e os inativos. A PED, PME e PNAD similarmente consideram o universo da pesquisa as pessoas com mais de 10 anos de idade.

Os inativos correspondem às pessoas com 10 anos ou mais que não estavam nem trabalhando, nem procurando trabalho durante o período de referência da pesquisa. Estes encontram-se em uma ou mais das seguintes situações: exerciam afazeres domésticos no próprio lar, estudavam, viviam de rendimentos de aposentadoria, pensão ou de aplicação de capital, estavam detidas cumprindo sentença, doentes ou inválidas sem serem licenciadas do trabalho. O conceito de inatividade é controverso, portanto a necessidade de buscar trabalho é um elemento relevante para a caracterização da atividade econômica (BARROS e outros, 1996).

A População Economicamente Ativa (PEA) compreende as pessoas ocupadas e desempregadas. Os ocupados, como é considerado neste texto, são aqueles que, no período de referência (no caso, o mês de agosto de 1995) tinham um trabalho (mesmo que estivessem de licença) remunerado ou não remunerado ou remunerado em espécie/benefício (no caso de ajuda a familiares) exercido regularmente ou irregularmente, desde que não estivessem

procurando outro tipo de trabalho. A PED devido ao fato de ser uma pesquisa mensal, investiga se a pessoa entrevistada tinha um trabalho nos últimos 7 dias anteriores à entrevista, enquanto que a PME, similarmente, identifica se o entrevistado possuía um trabalho uma semana antes da pesquisa (IBGE, 1981, 1983, SEADE/SUDENE/DIEESE, 1987).

Os desempregados são definidos de duas formas neste estudo, quando o desemprego é aberto e quando o desemprego é oculto por trabalho precário. Por desemprego aberto entende-se aquelas pessoas que não estavam trabalhando no período de referência e estavam procurando emprego. Os desempregados oculto por trabalho precário são aqueles que no período de referência exerciam uma atividade irregular - uma atividade temporária, podendo ser remunerada ou não, e até mesmo de ajuda a familiares - e que procuravam trabalho. A busca por trabalho é um dos temas mais relevantes para a PED, enquanto que a PME não aborda tal tema. Com isso, a PME fica impossibilitada de investigar os casos de desemprego oculto por trabalho precário<sup>31</sup>, motivo pelo qual a PED introduz tais questões. Em seu questionário esta é a primeira questão do bloco de situação ocupacional (A Sra. procurou emprego nos últimos 30 dias?), e somente depois de algumas outras perguntas para “avaliar a intensidade, a forma e a motivação da busca”, aborda-se a questão da ocupação atual (BARROS e outros, 1996).

Os ocupados e os desempregados por trabalho precário possuem cada qual a sua forma de participação na produção, dada pelo grau de propriedade e/ou comando dos meios de produção e força de trabalho e pela relação social de produção estabelecida. Assim, os ocupados e os desempregados com trabalho precário podem ser empregadores, empregados, conta próprias ou trabalhadores sem remuneração (familiares ou não), inclusos em duas diferentes categorias de relações - formais e informais.<sup>32</sup>

Esta pesquisa procura abranger todos estes conceitos, emprego, desemprego, subemprego. E seguiu alguns passos daquelas pesquisas, para a elaboração da metodologia adotada. O primeiro questionamento no que se refere a situação ocupacional do entrevistado (se ocupado) investiga se este tinha um trabalho no período de referência, partindo em seguida para a sua inserção no mercado de trabalho, qual a sua ocupação, posição da ocupação, setor

---

<sup>31</sup> No presente estudo não foi possível utilizar este conceito apesar de ter sido identificada a variável desemprego oculto por trabalho precário, pois é necessário, no mínimo, 15 observações para validar a variável.

<sup>32</sup> Ver Capítulo 2 que trata do conceito de setor formal e informal. Em seguida, far-se-á um quadro resumo das

de atividade, tamanho da empresa, natureza da empresa/negócio (pública ou privada), rendimento, registros, jornada de trabalho e tempo de serviço. Também investiga o aspecto do processo produtivo e contratual, assim investiga o local onde se dá o trabalho e a existência de subcontratação, averiguando se a empresa que paga é diferente da empresa onde ele trabalha. Isto possibilita investigar importantes questões como, por exemplo, a aceleração do processo de terceirização da economia. Somente a PED introduz este último item nos seus questionamentos. Apesar de crucial, a investigação destas questões para a análise das relações formais e informais, no caso da presente pesquisa não foi possível prosseguir com a análise dado que a amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Além destas investigações, questiona-se também a ocupação secundária<sup>33</sup> e a ocupação anterior (até 1 ano antes do período de referência), observando todas as características ocupacionais. Estes questionamentos não são explorados na PME e na PED.

Outra averiguação é feita em relação à satisfação do trabalhador com a atividade do período de referência, o que permite comprovar a motivação de busca de um novo trabalho. É, também, identificada a primeira atividade desempenhada pelo entrevistador. E, finalmente, pode-se investigar se o ocupado está buscando outra atividade ou não e qual a forma que utiliza para atingir tal objetivo.

Adicionalmente, questiona-se a qualificação profissional do indivíduo, identificando se ele possui profissão, se trabalha, se gostaria de trabalhar ou de continuar trabalhando com ela.

Para os desempregados identifica-se inicialmente se já tiveram algum trabalho, caso tenham tido, de que maneira estavam inseridos nesta atividade. Qual a primeira atividade desempenhada? Qual a situação atual? Se procuram emprego. E se possuem qualificação profissional. Estes métodos são similares àqueles usados pela PED e PME; a única diferença está na forma como ocorre o fluxo das questões.

Uma diferença fundamental e talvez uma desvantagem de grande importância para o trabalho aqui, está no fato de que esta pesquisa não discrimina há quanto tempo ou durante

---

características utilizadas para identificar os setores formal e informal.

<sup>33</sup>A proporção de trabalhadores informais que exercem mais de uma atividade, é dada em relação aos trabalhadores formais por atividades principal e secundária. Por atividade principal entende-se como aquela ao qual o indivíduo dedica maior número de horas, ou em caso de jornadas equivalentes aquela que proporciona maior renda (GALEAZZI, 1994).

quanto tempo o entrevistado procurou emprego, como o faz a PED, obrigando esta dissertação a abandonar o conceito de desemprego por desalento.

A organização do questionário é complementada com instruções que permitem prosseguir com a entrevista. Acredita-se que isto impede a *complexidade* do fluxo do questionário, tal método é também utilizado pela PNAD.

O tamanho da empresa/negócio dos empregadores e onde estão inseridos os empregados é definido de acordo com o número de indivíduos ocupados na empresa ou negócio estimados pelos entrevistados; se a empresa possuir até cinco empregados, tem-se microempresas, entre 6 e 49 empregados são pequenas empresas, entre 50 e 99 são médias empresas e mais de 100 são grandes empresas (FAGUNDES, 1992).

Os empregados são, também, classificados de acordo com o tipo de subordinação existente em relação ao tipo de trabalho o que pode torná-lo subordinado ao capital ou não. Assim, a variável utilizada é a forma como se dá a remuneração àqueles que podem ser assalariados sem comissão, assalariados com comissão, remunerados em espécie/benefício, remunerados exclusivamente por produção, ocupados no serviço militar, assistencial ou religioso e os empregados domésticos.

Os assalariados sem comissão são trabalhadores com vínculo empregatício claramente constituído, com ou sem carteira de trabalho assinada, que recebem pagamento fixo em forma de salário, ordenado ou soldo e cuja jornada de trabalho é prefixada pelo empregador. A remuneração pode incluir, além do salário de base, adicionais por tempo de serviço, periculosidade, insalubridade, cargos de chefia e pode ser fixada por hora, dia, semana, quinzena ou mês; assalariados com comissão são trabalhadores com vínculo empregatício claramente constituído, com ou sem carteira assinada, cuja jornada de trabalho é pré-fixada e cuja remuneração é composta de duas parcelas: uma fixa, nominalmente pactuada com o empregador, sob a forma de salário ou ordenado, e outra variável, diretamente relacionada com o resultado do trabalho, sob a forma de comissão paga pelo empregador, pelo cliente ou ambos (FAGUNDES, 1992).

Os trabalhadores remunerados em espécie/benefício não recebem pagamento pecuniário em troca de seu trabalho, sendo recompensados exclusivamente através da concessão de alimentação, alojamento, vestuário, serviços de educação ou outros benefícios.

Os remunerados exclusivamente por produção são trabalhadores ligados a uma (ou mais) empresa, instituição ou pessoa, cujo vínculo não toma a forma de um contrato de trabalho, mas sim de um contrato de autônomo: o pagamento é efetuado por unidade de produto ou serviço executado e a jornada de trabalho não é pré-fixada, havendo apenas o compromisso de entrega do produto no prazo pactuado.

Os ocupados no serviço militar, assistencial ou religioso são indivíduos que prestam serviço militar obrigatório, religiosos que recebem remuneração (padres e freiras, por exemplo) ou indivíduos que prestam serviços de assistência, auferindo alguma renda por esta atividade.

E, por fim, os empregados domésticos que trabalham em casa de família, realizando serviços domésticos, recebem remuneração em salário e/ou em benefícios. Embora assalariados, os empregados domésticos vendem seus serviços somente às famílias (uma ou mais, como no caso de diaristas). Estes não vendem seus serviços a empresas, Estado ou outras organizações. Na verdade, o que caracteriza esta atividade, corresponde à extensão do trabalho familiar para a sua própria manutenção e reprodução. As condições de trabalho e de renda são impostas pelas famílias e pelo seu poder aquisitivo. A convivência familiar influi nas condições de trabalho ao destruir a impessoalidade da relação patrão/empregado, tornando a relação tipicamente informal (FAGUNDES, 1992).

Alguns autores citam que os trabalhadores domésticos são predominantemente mulheres, e geralmente migrantes. Esta atividade representa um meio de sustento para os trabalhadores de origem modesta que dispõem de pouca ou nenhuma qualificação para disputar outro posto de trabalho. Em geral, as solteiras aguardam casamento, e moram no domicílio, as casadas complementam a renda familiar.

Os trabalhadores por conta própria são caracterizados de acordo com o tipo de "negócio" estabelecido, são donos de negócio familiar se dirigem um negócio de sua propriedade exclusiva com algum grau de capitalização e licença para operação, apesar desta última regra nem sempre ser cumprida,<sup>34</sup> estes nunca trabalham sozinhos, têm sócios, empregados membros da família ou no máximo dois empregados remunerados permanentes, os trabalhadores autônomos exploram seu próprio negócio ou ofício trabalham sozinhos ou com

---

<sup>34</sup> Ver em Cacciari (1989), "economias não registradas".

sócios ou eventualmente empregam um ajudante temporariamente; profissionais universitários autônomos quando exploram uma atividade de nível universitário e empregam no máximo dois indivíduos remunerados.

Para Pires (1995),

*“O trabalhador autônomo (ou conta própria) não se vincula diretamente com o trabalho social, não opera como membro de uma comunidade, nem faz de sua ação particular o complemento de outra ação, de molde a que ambas pudessem constituir, no imediato, um todo coletivo. Atuando isolado de outro, trata de agir empregando seus próprios recursos, privadamente, embora destine sua produção para a troca, faça dela uma forma de agir sobre um terceiro.”*

A diferença entre empregadores e os trabalhadores por conta própria é que estes participam diretamente do processo produtivo, e não apenas de sua gestão, e a utilização de trabalho assalariado aparece como um complemento do próprio trabalho. Para os empregadores prevalecem as relações capitalistas, onde são distintas a propriedade do capital e do trabalho; para os conta próprias, por sua vez, não há distinção entre a propriedade do capital e do trabalho, conseqüentemente, o salário não constitui a forma usual de remuneração do trabalho. Para este último caso, a taxa de lucro não é a variável chave do funcionamento dessas empresas, sendo mais importante o nível de rendimento total do proprietário (SOUZA, 1980). A ajuda (por parte de empregados remunerados) aos conta próprias deve se caracterizar como “extensão do trabalho por conta própria na produção, sob a forma de execução”. O conta própria, deve obrigatoriamente, encerrar em si as atividades de “produção e gestão do negócio”. Caso contrário, se as atividades têm “um embrião de desagregação”, entre as atividades realizadas pelos trabalhadores ajudantes - execução - e aquelas realizadas pelos conta próprias - gestão e controle, esses passam a ser empregadores (CACCIAMALI, 1983).

Por fim, tem-se os trabalhadores familiares não remunerados, os quais exercem uma atividade econômica em negócios familiares, sem a contrapartida do salário. Este tipo de mão-de-obra é principalmente utilizada pelos pequenos produtores na área rural.



Desta forma, tem-se as seguintes categorias de inserção produtiva dos ocupados:<sup>35</sup>

#### I - empregadores

- 1) microempresários
- 2) pequenos proprietários
- 3) médios proprietários
- 4) grandes proprietários

#### II - empregados

- 1) assalariados sem comissão
- 2) assalariados com comissão<sup>36</sup>
- 3) remunerados em espécie/benefício
- 4) remunerados exclusivamente por produção<sup>37</sup>
- 5) ocupados no serviço militar, assistencial ou religioso
- 6) empregados domésticos

#### III - trabalhadores conta própria

- 1) donos de negócio familiar
- 2) trabalhadores autônomos
- 3) profissionais universitários autônomo

#### IV - Trabalhadores familiares não remunerados

Estas podem ser submetidas a um maior grau de detalhamento, para apurar mais ainda a existência de heterogeneidade interna. Para os trabalhadores por conta própria, a variável referente ao tipo de local onde funciona o *negócio* revela-se importante, pois este indica uma aproximação do patamar de capitalização requerido, fator este que pode ser útil

<sup>35</sup> As categorias empregadores ( 2, 3 e 4) e os empregados (1 e 2) por possuírem a relação salário/capitalista e estarem ligados ao fator empresarial de produtividade, acumulação de capital podem ser caracterizados como "atividades tipicamente capitalistas" e, assim, pertencentes ao setor formal da economia. As categorias empregadores (1) e empregados (3, 4 e 5), contrariamente, pertencem ao setor informal, pois não se distingue a propriedade do trabalho e do capital e o salário não é a forma usual da remuneração do trabalho, portanto, é uma atividade "não organizada em termos capitalistas" apresentando um caráter de "atividade não tipicamente capitalista" (SOUZA, 1980, CACCIAMALI, 1983, 1989a).

<sup>36</sup> É o caso dos vendedores praticistas, representantes etc. que recebem comissões sobre vendas.

<sup>37</sup> São aqueles que recebem por atividades/serviços realizadas ou produzidas, como por exemplo a diarista, o pedreiro e, em especial, no caso do MFS os pequenos agricultores, meeiros, que recebem de acordo com o que plantam.



para a avaliação do grau de facilidade de entrada, reconhecido pela literatura como característica básica do setor informal. São considerados como locais principais para o exercício das atividades informais os domicílios (com local exclusivo ou sem local exclusivo), em via pública (com equipamento leve ou pesado) e em veículo automotor.<sup>38</sup>

Como foi citado acima, em sua grande maioria, as atividades informais requerem a posse de instrumentos de trabalho e de conhecimentos específicos não disponíveis para a grande maioria da população, o que vem a ser uma forma de limitação para a entrada no setor informal. Os dados empíricos desta pesquisa infelizmente não possuem a variável “posse de instrumentos de trabalho”, portanto, a limitação de entrada no setor informal é dada a partir do local onde é realizada a atividade, o tamanho da empresa/negócio e pela remuneração dos trabalhadores.

O principal elemento para aumentar o grau de detalhamento do setor informal refere-se ao caráter não legal das atividades, conforme conceitualizado anteriormente como ocupação não registrada, assim temos:

i) empregados sem carteira de trabalho assinada e não contribuintes do Instituto de Previdência Privada e

ii) microempresários e trabalhadores por conta própria, não contribuintes do Instituto da Previdência Privada

Também associaremos como ocupados em atividades informais:

i) trabalhadores sem remuneração e

ii) os desempregados com trabalho precário.

Diante do exposto, coloca-se um quadro que pretende sintetizar as principais características do setor formal e do setor informal.

---

<sup>38</sup> Isto não significa que todas as atividades realizadas nestes locais são informais, tal caracterização dependerá da identificação dos aspectos aqui explicitados.

**Quadro 2 - Composição das Relações Formais e Informais**

<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>SETOR FORMAL</b>	<b>SETOR INFORMAL</b>
<b>natureza da ocupação</b>	autônomos contribuintes da previdência social empregados domésticos com carteira assinada funcionários públicos assalariados com carteira assinada	autônomos não contribuintes da previdência social empregados domésticos sem carteira assinada assalariados sem carteira assinada desempregado por trabalho precário
<b>tamanho da empresa /negócio</b>	pequena, média e grande empresa	microempresa
<b>remuneração</b>	assalariados com ou sem comissão	em espécie/benefício por produção trabalhadores sem remuneração
<b>local de trabalho</b>	salas, galpões, prédios, órgãos públicos, empresas	conta próprias ou autônomos que trabalham em domicílios residenciais, via pública ou em veículos automotores

Esta caracterização é a que mais se aproxima da compreensão da totalidade de atividades informais, face aos dados disponíveis, ou seja, o que se pretende aqui é abarcar todas as atividades informais quanto possível, adotando-se um conceito operacional do setor informal que permita uma medida do seu tamanho, sem incorrer em erros teóricos-metodológicos.

Sistematizando o exposto, o trabalho desenvolvido utiliza dois agrupamentos de características - individuais e ocupacionais, os quais agregam variáveis que se supõe relevantes na diferenciação das relações de trabalho dos indivíduos ocupados no município de Feira de Santana. Os grupos de características foram construídos tentando agregar as variáveis.

Para classificar-se a população formal/informal de acordo com suas características pessoais, desagregou-se cada categoria ocupacional por gênero, raça, faixa etária, nível de educação, origem, área de residência<sup>39</sup> e sua posição na família.

Na classificação da população informal conforme suas características ocupacionais, desagregou-se a categoria ocupacional por ocupação, posição ocupacional, setor de atividade, natureza da ocupação, entre outras.<sup>40</sup>

<sup>39</sup> É dada segundo a localização do domicílio, a área pode ser urbana ou rural, definida por lei municipal em vigor em 1º de setembro de 1991. Como área urbana considera-se aquelas áreas urbanizadas ou não, correspondente às sedes municipais, sedes distritais ou áreas urbana isoladas. A área rural abrange a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 1991).

Para investigar o poder explicativo de cada variável selecionada na análise da segmentação do mercado de trabalho no MFS, realiza-se uma comparação sistemática entre os perfis dos indivíduos ocupados no setor formal e informal do mercado de trabalho. Nesse sentido far-se-á uso dos testes estatísticos, assim como de recursos mais poderosos de inferência estatística. A idéia é fazer uma extrapolação dos resultados obtidos através da amostra para todo o universo da população ocupada na região e obter respostas para as hipóteses expostas ao longo do texto sobre o mercado de trabalho no município de Feira de Santana, a partir dos dados apresentados no capítulo 5. Estas explanações podem levar a aceitação ou rejeição de tais hipóteses tanto sobre o fenômeno da informalidade, como do setor formal.

#### **4.4.2 Provas Estatísticas Paramétricas e Não-paramétricas**

Uma prova estatística paramétrica é uma prova cujo modelo especifica certas condições sobre os parâmetros da população da qual se extraiu a amostra da pesquisa. Como essas condições em geral não são comprovadas, elas são supostas válidas. A significância dos resultados de uma prova não-paramétrica depende da validade dessas suposições. Uma estatística não-paramétrica é uma prova cujo modelo não especifica condições sobre os parâmetros da população da qual se extraiu a amostra (SIEGEL, 1975).

Os dados serão analisados com provas estatísticas não-paramétricas - moda, mediana, quartis, qui-quadrado - e com provas paramétricas e não-paramétricas - média, desvio padrão, coeficiente de variação. Também serão usados alguns recursos de inferência estatística, tais como análise de variância e a estatística t student.

Na inferência estatística, procura-se tirar conclusões sobre um grande número de eventos com base na observação de apenas uma parte delas. Um problema comum de inferência estatística consiste em determinar, em termos de probabilidades, se as diferenças observadas entre duas amostras significam que sejam realmente diferentes entre si as populações submetidas à amostragem. A inferência estatística aborda dois tipos de problemas fundamentais: a estimação de parâmetros de uma população e o teste de hipóteses. Aqui utilizar-se-á principalmente dos testes de hipóteses (SIEGEL, 1975).

---

<sup>40</sup> Para auxiliar na denominação do ramo de atividade, utiliza-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (IBGE, 1994), já para as categorias ocupacionais emprega-se o Código Brasileiro de Ocupações (IBGE, 1995).

#### 4.4.2.1 Medidas de Posição e de Dispersão<sup>41</sup>

Uma medida de posição é um valor calculado para uma variável com o objetivo de descrever a tendência desta, ou ainda, é uma medida de tendência central para várias observações. Portanto, as medidas de posição identificam um valor único para um grupo de observações, enquanto que as medidas de dispersão (ou variabilidade) referem-se à descrição de um grupo de observações em termos da dispersão existente entre as observações de uma variável. É conveniente utilizar uma medida que sumarie a variabilidade de uma série de valores que nos permita, por exemplo, comparar conjuntos diferentes de valores, daí a utilidade das medidas de dispersão.

Como medidas de posição, utiliza-se para a análise dos dados a média, a mediana e a moda. E como medidas de dispersão: o desvio padrão, a assimetria, o coeficiente de variação, os quartis e o intervalo interquartil.

A média aritmética é, talvez, a medida mais usada, contudo, ela conduz a erros de interpretação. Em muitas situações a mediana é um valor mais adequado.

A mediana é o resultado que ocupa a posição central de uma série de observações quando estas estão ordenadas segundo suas grandezas (crescente ou decrescente).

A moda é definida como o resultado mais freqüente do conjunto de valores observados.

O coeficiente de variação indica a magnitude relativa do desvio padrão quando comparado com a média da distribuição das medidas; este é útil quando se necessita comparar a variabilidade de dois conjuntos de dados relativamente ao nível geral dos valores em cada conjunto, e portanto relativamente à média. O coeficiente de variação é independente das unidades adotadas. Por esta razão, é vantajoso para a comparação de distribuições com cujas unidades podem ser diferentes. Uma desvantagem do coeficiente de variação é que não é utilizado quando  $\bar{X} = 0$ .

O desvio médio e a variância medem a concentração dos dados em torno de sua média. O princípio básico é analisar os desvios das observações em relação à média das observações. Sendo a variância uma medida que expressa um desvio quadrático médio, pode

---

<sup>41</sup> Para maiores detalhes ver Hoel (1963), Hoffmann e Vieira (1977), Kazmier (1982), Bussab e Morettin (1987) e Spiegel (1993).

causar algum problema de interpretação. Para evitar isso, utiliza-se o desvio padrão que é definido como a raiz quadrada positiva da variância.

Todavía, tanto a média, como o desvio padrão podem não ser medidas adequadas para representar um conjunto de valores, pois são afetados de forma exagerada por valores extremos e, também, apenas com esses dois valores não se tem idéia da distribuição dos valores.

Portanto, utilizar-se na análise dos dados, principalmente a mediana, os quartis (1º e 3º), o valor mínimo e máximo e o intervalo interquartil ( $Q_3 - Q_1$ ) pois estas são medidas resistentes de uma distribuição. A média aritmética, a moda, o desvio padrão, o coeficiente de variação e assimetria serão utilizados como apoio na análise.

#### 4.4.2.2 Teste Qui-Quadrado<sup>42</sup>

Como os dados da pesquisa se apresentam sob forma de frequências em categorias discretas pode-se aplicar o teste  $\chi^2$  (qui-quadrado)<sup>43</sup> para determinar a significância de diferenças entre duas variáveis independentes.

A hipótese a ser comprovada é a de que as duas variáveis diferem em relação a determinada característica e, conseqüentemente, com respeito à frequência relativa com que os componentes das variáveis se enquadram nas diversas categorias.

Para comprovar tal hipótese, calcula-se a frequência relativa de cada variável que recai nas diversas categorias, e comparamos a proporção de observações de uma variável nas diversas categorias, com a proporção de observações da outra variável.

Método:

A hipótese, na realidade, pode ser testada mediante:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^k \left( \frac{O_{ij} - E_{ij}}{E_{ij}} \right)^2$$

onde:  $O_{ij}$  = número de casos observados na linha  $i$  da coluna  $j$ .

<sup>42</sup> Para maiores detalhes ver Siegel (1975).

<sup>43</sup> O qui-quadrado é uma medida do afastamento global dada pela soma dos valores.

$E_{ij}$  = número de casos esperados, sob  $H_0$ , na linha  $i$  da coluna  $j$ .

$\sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^k$  indica somatório sobre todas as  $r$  linhas e todas as  $k$  colunas ou seja,

sobre todas as células.

Os valores de  $\chi^2$  dados pela fórmula têm distribuição aproximadamente qui-quadrado com  $gl = (r - 1)(k - 1)$ , onde  $r$  = número de linhas,  $k$  = número de colunas na tabela de contingência.

Se as frequências observadas são próximas das frequências esperadas, naturalmente as diferenças  $(O_{ij} - E_{ij})$  serão pequenas, e conseqüentemente, o valor de  $\chi^2$  também será pequeno. Com um pequeno valor de  $\chi^2$  não se pode rejeitar a hipótese de nulidade, de que os dois conjuntos de características sejam independentes um do outro. Todavia, se algumas ou muitas das diferenças são grandes, o valor de  $\chi^2$  será também grande. Quanto maior o valor de  $\chi^2$ , maior o grau de associação existente entre as duas variáveis.

#### 4.4.2.3 Estatística *t Student*<sup>44</sup>

No teste da diferença entre duas médias, a hipótese nula de interesse, normalmente, é de que não somente as médias das amostras foram obtidas de populações com iguais médias, mas que as duas amostras tenham sido de fato obtidas da mesma população de valores.

Geralmente a variância da população não é sempre conhecida, quando se deseja testar a diferença entre duas médias, neste caso a variância tem de ser estimada a partir da amostra. Mas no caso de usar a estimativa da variância da população e não o seu valor real, o teste referente à média da população terá de ser modificado. Assim estima-se a variância da população como:

$$s = \sqrt{\frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2}$$

<sup>44</sup> Para maiores detalhes ver Kmenta (1978).

Ao testar uma hipótese sobre a média populacional de uma variável que tenha distribuição normal e variância desconhecida a estatística apropriada substituindo-se a estimativas da variância da população é:

$$\frac{(\bar{X} - \mu_o)\sqrt{n}}{S}$$

Ao encontrar sua distribuição temos:

$$\frac{Z \sim N(0,1)}{\sqrt{\chi^2_{n-1}/(n-1)}}$$

Esta variável tem uma distribuição conhecida como distribuição t. Por causa da presença da variável qui-quadrado no denominador, a forma desta distribuição depende do tamanho da amostra.

Tem-se então:

$$\frac{(\bar{X} - \mu_o)\sqrt{n}}{S} \sim t_{n-1}$$

A distribuição t Student é sempre simétrica; sua média é igual a zero e sua variância é  $(n-1)/(n-3)$ , que se aproxima da unidade quando  $n$  é grande. À medida que o tamanho da amostra aumenta, a distribuição t aproxima-se da distribuição normal padrão.

Para efetuar o teste de hipótese de que a média populacional é igual a certo valor, deve-se especificar o limite entre a região de aceitação e a região crítica para a estatística de teste, isto depende da forma como é dado a hipótese alternativa, do nível de significância desejado e do número de graus de liberdade. Normalmente, a hipótese nula é dada como sendo:

$$H_0: \mu = \mu_o$$

$$H_0: \mu \neq \mu_o$$

O nível de significância desejado é algum número  $\alpha$ . Então a região de aceitação é definida como:

$$-t_{n-1, \alpha/2} \leq \frac{(\bar{X} - \mu_0)\sqrt{n}}{s} \leq t_{n-1, \alpha/2}$$

Aqui  $t_{n-1}$  expressa o valor da estatística  $t$  student com  $n-1$  graus de liberdade que corta o  $\alpha/2$  da área de distribuição em cada extremidade da cauda.

#### 4.4.2.4 *Análise de Variância (ANOVA)*<sup>45</sup>

Para testar a significância entre as  $k$  médias amostrais, ou ainda, para testar a hipótese nula de que as médias amostrais são todas iguais, emprega-se uma técnica conhecida como análise de variância.

O modelo matemático da análise de variância para experimentos de dois fatores é dado por:

$$X_{jk} = \mu + \alpha_j + \beta_k + \varepsilon_{jk}$$

onde  $\sum \alpha_j = 0$   $\sum \beta_k = 0$ . Aqui  $\mu$  é a média geral da população,  $\alpha_j$  é a parte de  $X_{jk}$  devida as diferentes linhas,  $\beta_k$  é a parte de  $X_{jk}$  devida as diferentes colunas, e  $\varepsilon_{jk}$  é a parte de  $X_{jk}$  devida ao erro ou ao acaso. Supõe-se que os  $\varepsilon_{jk}$  são normalmente distribuídos com média 0 e variância  $\sigma^2$ , de modo que, os  $X_{jk}$  são também normalmente distribuídos com média  $\mu$  e variância  $\sigma^2$ .

Uma suposição básica implícita na análise da variância é que diversas médias amostrais são obtidas de populações normalmente distribuídas e que têm a mesma variância (KAZMIER, 1982).

As hipóteses nulas testáveis são:

$H_{01}$ : Todas as médias das linhas são iguais, isto é,  $\alpha_j = 0$ ,  $j = 1, 2, \dots, a$ .

$H_{02}$ : Todas as médias das colunas são iguais, isto é,  $\beta_k = 0$ ,  $k = 1, 2, \dots, b$ .

<sup>45</sup> Para maiores detalhes ver Bussab (1986).



Para testar a hipótese  $H_0$  é natural considerar a estatística  $QM_{REG}/QM_{RES} (= F)^{46}$ , pois vê-se que  $QM_{REG}$  é esperado diferir significativamente de  $\sigma^2$  se a média das linhas (ou das colunas) são significativamente diferentes.

Sob a hipótese  $H_0$ , a estatística  $QM_{REG}/QM_{RES}$  tem distribuição F com  $a - 1$  e  $(a - 1)(b - 1)$  [ou  $b - 1$  e  $(a - 1)(b - 1)$ ] graus de liberdade.

A estatística F serve para testar a hipótese  $H_0: \theta_1 = \theta_2 = \dots = \theta_k$ , contra a alternativa de que pelo menos uma das igualdades não se verifica. Desse modo, rejeitando a hipótese, estar-se-á afirmando que o fator é importante para explicar a variável de interesse.

---

<sup>46</sup> $QM_{REG}$  = Quadrado Médio da Regressão e  $QM_{RES}$  = Quadrado Médio do Resíduo (Erro).

## 5. TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Para compor a base de dados deste trabalho realizou-se uma pesquisa de campo na região do município de Feira de Santana, objetivando-se principalmente caracterizar o mercado de trabalho a partir das suas relações formais e informais. Neste contexto, o presente capítulo contempla:

- a) algumas considerações empíricas iniciais a respeito do mercado de trabalho em Feira de Santana;
- b) a caracterização das variáveis relevantes na diferenciação das relações formais e informais, de acordo com a base de dados disponível;
- c) aplicação de testes estatísticos sobre o comportamento das relações formais e informais no mercado de trabalho do município de Feira de Santana.

### 5.1 Introdução

Os dados utilizados pelo trabalho aqui desenvolvido, fazem parte da Pesquisa do Mercado de Trabalho no Município de Feira de Santana realizada no período compreendido entre setembro e outubro de 1995. A área de abrangência da pesquisa envolveu todo o município de Feira de Santana, incluindo os distritos de Bonfim de Feira, Governador João Durval, Humildes, Jaíba, Jaguará, Maria Quitéria e Tiquarucu.

No tocante à metodologia desenvolvida pela pesquisa, foram realizadas 1255 entrevistas com População em Idade Ativa em 346 domicílios com aplicação de questionário contendo três blocos de perguntas, coletou-se informações sobre a caracterização do domicílio, a caracterização individual e ocupacional. Os dois últimos blocos foram respondidos por todos os indivíduos com 10 anos ou mais residentes nos domicílios pesquisados.<sup>47</sup>

A obtenção dos dados obedeceu critérios estatísticos de amostragem, com verificações e checagens das informações. Tais procedimentos asseguram a confiabilidade da amostra, assim como a representatividade da população em estudo. É importante destacar, que

---

<sup>47</sup> Para maiores detalhes ver o Capítulo 4.

algumas conclusões não podem ser generalizadas, portanto colocou-se um limite de 15 observações para que cada variável seja analisada.

## **5.2 Estudo Exploratório das Principais Características**

Neste item é traçado o perfil da população em idade ativa e da ocupacional no MFS com o objetivo de permitir uma visualização geral da disposição da PEA segundo as principais características selecionadas como determinantes das relações de trabalho. Portanto, far-se-á inicialmente um estudo exploratório e uma análise puramente descritiva dos dados. Em seguida são realizados testes estatísticos a fim de comprovar algumas hipóteses levantadas durante o texto.

Antes de iniciar a análise das características separadamente. Colocar-se-á algumas conclusões importantes da análise que segue. A Tabela 8 dá uma idéia da situação das relações no mercado de trabalho do MFS, onde quase 2/3 dos trabalhadores são informais. Em percentuais, tem-se que 64% das pessoas que trabalham no MFS são consideradas, de acordo com a tipologia aqui adotada, como informais.

**Tabela 8 - Percentuais de Informalidade, Taxa de Desemprego e Taxa de Atividade - Feira de Santana - 1995**

Variáveis	%
% de Informais	64,0
Taxa de Desemprego	21,6
Taxa de Atividade	63,5

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A Tabela 8 também indica a alta taxa de desemprego do município. Em 1995, 21,6% da população economicamente ativa estava desempregada. Com a recessão, esta taxa de desemprego tornou-se elevada devido, de um lado, a pressão em busca de trabalho pelos indivíduos desempregados, de outro, por causa da inserção de novos indivíduos na PEA, que em sua maioria, procuravam complementar a renda familiar, já que muitos chefes de família haviam perdido seus postos de trabalho. Por isso é que se verifica taxas de participação relativamente significativas, principalmente, entre as mulheres e os mais jovens. A taxa de atividade que dimensiona o total de pessoas incluídas no mercado de trabalho em relação ao total de pessoas em idade ativa, indica uma presença relativa dos trabalhadores do MFS no mercado de trabalho (63,5%).

O quadro seguinte pretende resumir as principais características dos setores formais e informais, as quais serão analisadas discriminadamente no decorrer deste capítulo.

**Quadro 3 - Principais Características dos Setores Formal e Informal**

<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>SETOR FORMAL</b>	<b>SETOR INFORMAL</b>
Gênero	63,9% de homens	56,6% de homens
	36,1% de mulheres	43,4% de mulheres
Cor	35,3% de brancos	30,4% de brancos
	64,7% de pardos e pretos	69,6% de pardos e pretos
Idade	20,6% entre 10 e 24 anos	37,7% entre 10 a 24 anos
	66% entre 25 a 49 anos	45,8% entre 25 e 49 anos
	13,6% mais de 50 anos	16,5% mais de 50 anos
Escolaridade	95,8% alfabetizados	87,7% alfabetizados
	4,2% não alfabetizados	12,3% não alfabetizados
Origem	75,8% de baianos	85,1% de baianos
	18,8% de outros Estados do Nordeste	9,6% de outros Estados do Nordeste
Posição na Ocupação	83,6% de empregados	34,7% de empregados
	16,4% de conta próprias e empregadores	54,5% de conta próprias e empregadores
	-	10,8% de trabalhadores sem remuneração
Setor de Atividade	-	16,7% na agropecuária
	18,1% na indústria	9,9% na indústria
	30,7% no comércio	32,8% no comércio
	45% no setor de serviços	34% no setor de serviços
Tempo de Serviço	23,1% com menos de 1 ano	36,8% com menos de 1 ano
	29% de 1 a 5 anos	24,3% de 1 a 5 anos
	31,1% de 5 a 15 anos	21,7% de 5 a 15 anos
Tamanho da Empresa	-	14,4% com trabalho familiar
	58% entre 1 a 50 ocupados	82,7% entre 1 e 50 ocupados
	42% com mais de 50 ocupados	-
Jornada de Trabalho	9,7% com menos de 29 h/s	22,9% com menos de 29 h/s
	38,2% entre 40 e 47 h/s	24,1% entre 40 e 47 h/s
	42,4% com mais de 47 h/s	43,4% com mais de 47 h/s
Rendimento	64,3% recebe menos de R\$300,00	79,7% recebe menos de R\$300,00
	12,6% entre R\$300,00 e R\$500,00	7,8% entre R\$300,00 e R\$500,00
	12,6% entre R\$300,00 e R\$500,00	8,3% entre R\$300,00 e R\$500,00
	10,5% recebe mais de R\$1.000,00	4,2% recebe mais de R\$1.000,00

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

### 5.2.1 Considerações Gerais sobre Emprego e Desemprego no Município de Feira de Santana

A amostra compõe-se de 1255 indivíduos com mais de 10 anos de idade, onde 36,5% são inativos - o que representa um percentual bastante significativo, graças a população extremamente jovem, 13,7% são desempregados (abertos ou desempregados com trabalho precário) e 49,8% são ocupados. Destes indivíduos, 46,8% são homens e 53,2% são mulheres.

As mulheres são principalmente inativas (47,5%). E os homens na sua maioria são ocupados (61,5%).

No mercado de trabalho feirense há uma percentual menor de mulheres do que homens, cerca de 22%. Apesar da participação das mulheres no mercado de trabalho, vir crescendo nas últimas décadas, para o país como um todo.<sup>48</sup>

**Tabela 9 - Distribuição da População em Idade Ativa - Feira de Santana - 1995**

PIA	Mulheres	Homens	Total
Inativos	69,2%	30,8%	100,0%
	47,5%	24,0%	36,5%
Ocupados	42,2%	57,8%	100,0%
	39,5%	61,5%	49,8%
Desempregados	50,6%	49,4%	100,0%
	13,0%	14,5%	13,7%
Total % de linha	53,2%	46,8%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A taxa de desemprego tem um percentual de 21,6% enquanto que a taxa de atividade é de 63,5%. Entre as mulheres, a taxa de desemprego é maior (24,8%) do que a dos homens (19,1%). Contrariamente, a taxa de participação nas atividades é de 76% para os homens e 52,5% para as mulheres.

**Tabela 10 - Distribuição da População Economicamente Ativa - Feira de Santana - 1995**

PEA	Mulheres	Homens	Total
Ocupados	75,2%	80,9%	78,4%
Desempregados*	24,8%	19,1%	21,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Nota: compreende os desempregados com trabalho precário e os desempregados abertos.

Quando comparados com os dados de Fagundes (1992) para a RMS em 1987/1989, observa-se que a taxa de participação é um pouco menor na RMS (59,7%), do mesmo modo a taxa de desemprego no MFS (21,6%) é superior a da RMS (15,9%). Similarmente ao MFS na RMS a taxa de desemprego é superior entre as mulheres (18,4%) em relação aos homens (14,0%). Do mesmo modo, a taxa de participação é de 72,5% para os

<sup>48</sup> "Do ponto de vista do acesso ao mercado de trabalho pela sua diferenciação sexual, as ocupações criadas na década de 80 foram ocupadas por cerca de 52,6% homens e 47,4% mulheres. Esses novos ingressantes, que vieram se agregar ao estoque anterior dos antigos ocupantes do mercado de trabalho dos anos 70, provêm assim de um movimento que é cada vez mais crescente, da ascensão da mulher e, sobretudo, dos mais jovens no mercado de trabalho no Brasil." (PIRES,

homens e 48,5% para as mulheres na RMS, no entanto, estas taxas são inferiores àquelas identificadas para o MFS; isto reforça a idéia de que os homens têm uma participação superior à das mulheres no mercado de trabalho.

**Tabela 11 - Percentuais da Taxa de Atividade por Gênero - Feira de Santana - 1995**

Gênero	Taxa de Atividade
Homens	76,0%
Mulheres	52,5%
Total	63,5%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

O setor de atividade que mais desemprega os trabalhadores, no MFS, é o comércio. Este também se caracteriza pela alta rotatividade de seus empregados, uma parte significativa dos desempregados pelo comércio ficaram menos de 1 ano nessa atividade. É comum nesse setor o emprego temporário, ou ainda, sazonal, pois os empregadores costumam dispor vagas durante épocas de grande consumo.<sup>49</sup> Seguindo o comércio tem-se o setor de serviços e a indústria representando um significativo percentual de desempregados.

**Tabela 12 - Distribuição dos Desempregados por Setor de Atividade da Ocupação Anterior - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	Total
Agricultura	1,0%
Indústria de Transformação	21,4%
Comércio	42,7%
Serviços	24,3%
Outras Atividades	10,7%
Total	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Um outro aspecto interessante refere-se ao tempo de desemprego. Os dados da Tabela 13, apresentam o tempo de desemprego dos trabalhadores, observa-se uma calamitosa situação para 9,3% dos desempregados, que estão sem trabalho algum durante 5 anos. Por outro lado, verifica-se que 22,7% das pessoas que procuram trabalho, nunca exerceram alguma atividade. No entanto observa-se que o maior de percentual de desempregados perdeu seu emprego a menos de 6 meses. Esta situação torna-se mais desastrosa quando se verifica que a maioria (57,7%) dos desempregados permaneceram menos de 1 ano na sua ocupação anterior (Apêndice 2). Isto evidencia uma elevada taxa de rotatividade do mercado de trabalho feirense;

1995)

<sup>49</sup> Durante o Natal, a Páscoa, Dia das Crianças, nas livrarias, no início do ano letivo etc.

situação esta que se mostrará agravante, quando verificado o tempo de serviço dos ocupados, no decorrer do texto.

**Tabela 13 - Distribuição dos Desempregados por Tempo de Duração do Desemprego - Feira de Santana - 1995**

Tempo de Duração do Desemprego	Total
Menos de 6 meses	27,3%
De 6 meses a 1 ano	11,0%
De 1 a 5 anos	12,8%
Mais de 5 anos	9,3%
Desempregado por Trabalho Precário	16,9%
Nunca trabalhou	22,7%
Total	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A curta duração do desemprego, também não surpreende, porque diante da ausência de mecanismos de proteção aos desempregados obriga-os a buscar qualquer estratégia mínima de sobrevivência, principalmente nas relações informais (BIVAR, 1993).

A condição de inatividade é principalmente apresentada por parte dos jovens e mulheres, que estão na situação de estudantes e donas de casa. Isto se deve basicamente à população extremamente jovem e, às mulheres que não trabalham, que, por sua vez, preferem ficar tomando conta dos filhos ou não encontram um trabalho em tempo parcial para dedicar-se a outras atividades. Observa-se que 23,4% dos inativos são donas de casa, mas a grande maioria, ainda é formada por jovens estudantes (52,4%).

**Tabela 14 - Condição de Inatividade - Feira de Santana - 1995**

Condição de Inatividade	Total
Aposentado	10,3%
Pensionista	3,9%
Vive de Rendas/Doente/Inválido	3,5%
Estudante	52,4%
Afazeres domésticos	23,4%
Sem ocupação	6,6%
Total	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Para Bivar (1993), a maior probabilidade de transição do emprego para a inatividade e a menor probabilidade de entrada no mercado de trabalho são os responsáveis pela existência de diferenciais nas taxas de desemprego entre homens e mulheres.

**Tabela 15 - Distribuição dos Ocupados por Atividade Principal e Secundária conforme a Natureza da Ocupação - Feira de Santana - 1995**

Natureza da Ocupação Secundária	Formais	Informais	Total
Formais	11,5%	23,0%	34,4%
Informais	27,9%	37,7%	65,6%
Total	39,3%	60,7%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A Tabela 15 mostra a natureza das ocupações principal e secundária dos trabalhadores. 85,2% dos ocupados que exercem atividade secundária o fazem porque precisam complementar a renda familiar, as atividades secundárias, assim como as principais, são predominantemente informais, sendo que em percentual mais elevado. Apenas 11,5% dos ocupados em que a atividade principal é no setor formal, permanecem neste na atividade secundária. Por outro lado, o trabalhador que é informal na atividade principal e também o é na atividade secundária é bastante significativo (37,7%).

Dos ocupados inseridos no setor formal na atividade principal, cerca de 71% atuam em atividades informais na ocupação secundária. Enquanto que dos 60,7% de informais na atividade principal, 23% na atividade secundária participa do setor formal. É interessante observar nesse caso, que a renda obtida pelos ocupados na atividade informal é superior àquela percebida no setor formal. Dado que a atividade principal é aquela onde é percebido o maior salário.

## 5.2.2 Características Pessoais

### 5.2.2.1 Gênero

O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho deve-se às mudanças estruturais sofridas pela economia brasileira e ao processo de urbanização acelerada ambos responsáveis pelo crescimento de setores e ocupações considerados tradicionalmente femininos, não sendo possível identificar qualquer tendência no crescimento generalizado das oportunidades abertas às mulheres (BIVAR, 1993).

A decisão da mulher participar do mercado de trabalho é tomada junto à família, e é influenciada pelas características da família. Esta participação no mercado de trabalho é negativamente correlacionada com a renda do chefe do família e positivamente com a taxa de desemprego familiar. Portanto, a participação da mulher no mercado de trabalho tem um



caráter complementar, servindo de mecanismo de ajuste frente a variações da renda familiar (BIVAR, 1993).

A participação das mulheres no mercado de trabalho concentra-se em um pequeno número de ocupações, cujas exigências de treinamento e capacitação, muitas vezes, assemelham-se àquela necessária para o desempenho de atividades domésticas. As mulheres ocupam tradicionalmente atividades com menor estabilidade, menores possibilidades de ascensão profissional e percebem baixos salários. Isto resulta da própria necessidade das mulheres conciliarem a participação no mercado de trabalho com as atividades domésticas, procurando exercer ocupações que requeiram jornada parcial ou que sejam temporárias ou de caráter sazonal (BIVAR, 1993).

As atribuições domésticas aumentam o custo de oportunidade de uma ocupação no mercado de trabalho e das atividades de busca de trabalho, reduzindo o tempo dedicado exclusivamente às atividades fora do lar e resultando, de forma geral, em um padrão de participação instável (BIVAR, 1993).

Apesar das mulheres participarem predominantemente do setor informal (68,1%), as mulheres somente representam 43,4% dos informais, a diferença registrada entre homens e mulheres no setor informal (13,2%) é menor do que a diferença entre os ocupados (18,4%). Já no setor formal do MFS, captados pela amostra, predomina claramente o gênero masculino com 63,9%, enquanto o gênero feminino registrou um percentual de 36,1%. A diferença entre homens e mulheres, neste caso, é bem maior do que a registrada para o setor informal, 27,8% (Ver Tabela 16).

**Tabela 16 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Gênero - Feira de Santana - 1995**

Gênero	Formais	Informais	Total
Mulheres	31,9%	68,1%	100,0%
	36,1%	43,4%	40,8%
Homens	38,8%	61,2%	100,0%
	63,9%	56,6%	59,2%
Total % de linha	36,0%	64,0%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A participação das mulheres é maior no setor informal. Isto pode ser explicado a partir do fato de que frente a necessidade de complementar a renda familiar a mulher participe

mais de atividades informais, devido também as facilidades propiciadas à entrada de mulheres, tais como, jornada de trabalho flexível, atividades realizadas junto ao domicílio de residência etc.

São poucas as mulheres que têm a posição de chefe de domicílio no município, apenas 14,4% das mulheres que trabalham, isto corresponde a apenas 14,5% dos chefes de família e a 5,9% dos inseridos no mercado de trabalho do MFS. As mulheres que trabalham são principalmente cônjuges (17,8% do total de trabalhadores), e as demais são filhas, empregadas domésticas, outros parentes etc.

**Tabela 17 - Distribuição dos Trabalhadores por Gênero conforme a Posição no Domicílio - Feira de Santana - 1995**

Posição no Domicílio	Mulheres	Homens	Total
Chefe	5,9%	34,7%	40,6%
Cônjuge	17,8%	1,4%	19,2%
Filho	10,7%	19,6%	30,4%
Outro Parente/Agregado/ Pensionista	2,3%	3,5%	5,7%
Empregado Doméstico	4,1%	0,0%	4,1%
Total % do total	40,8%	59,2%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

As motivações femininas para ingressar ou não na força de trabalho são diferenciadas conforme a classe social em que as mulheres estão inseridas. Se para as mulheres pobres o ingresso no mercado de trabalho pode estar condicionado à baixa renda familiar, por outro lado, para as mulheres de classe média, a situação é outra. De um modo geral, a partir de uma escolaridade bem superior e de um maior acesso a serviços pagos (empregadas domésticas, faxineiras, restaurantes etc), estas necessitam cada vez mais uma realização e uma afirmação profissional fora do lar. Isso ocorre devido às mudanças nos valores dominantes, que vêm acompanhada da mudança tecnológica que facilitou o trabalho doméstico. Só assim poder-se-ia explicar, em boa parte, o maior interesse das mulheres da classe média por trabalhos "fora do lar". Esta expulsão de parte das mulheres do trabalho doméstico para o mercado de trabalho, altera a estrutura familiar, e a condição feminina no interior das famílias (PIRES, 1995).

A participação feminina no mercado de trabalho, reflete uma nova realidade para a mulher que começa a se fazer presente nos espaços sociais, saindo de seu mundo *privado*, por